



**Plural**

Planeamento Urbano, Regional  
e de Transportes, Lda.



1ª REVISÃO DO  
**PLANO DIRECTOR MUNICIPAL  
DE VILA FRANCA DE XIRA**

**ANÁLISE E DIAGNÓSTICO**

Caderno IV – História e Património (v6)  
Volume I

JULHO de 2004 (revisão em Março de 2006, Junho  
de 2008 e Maio de 2009)

**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**

1ª REVISÃO DO  
**PLANO DIRECTOR MUNICIPAL  
DE VILA FRANCA DE XIRA**

**ANÁLISE E DIAGNÓSTICO**  
Caderno IV – História e Património (v6)  
Volume I

JULHO de 2004 (revisão em Março de 2006, Junho de 2008 e Maio de 2009)

**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**

## ÍNDICE:

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2. BREVE PANORÂMICA HISTÓRICA</b>	<b>6</b>
2.1 HISTÓRIA DO CONCELHO	6
2.2 HISTÓRIA DAS FREGUESIAS	11
2.2.1 ALHANDRA	11
2.2.2 ALVERCA	12
2.2.3 CACHOEIRAS	12
2.2.4 CALHANDRIZ	13
2.2.5 CASTANHEIRA	13
2.2.6 FORTE DA CASA	14
2.2.7 PÓVOA DE SANTA IRIA	14
2.2.8 S. JOÃO DOS MONTES	14
2.2.9 SOBRALINHO	15
2.2.10 VIALONGA	15
2.2.11 VILA FRANCA DE XIRA	16
<b>3. PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO</b>	<b>17</b>
3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	17
3.2 IMÓVEIS CLASSIFICADOS	18
3.2.1 MONUMENTOS NACIONAIS	18
3.2.2 IMÓVEIS DE INTERESSE PÚBLICO	18
3.2.3 IMÓVEIS DE INTERESSE MUNICIPAL	27
3.2.4 ZONA ESPECIAL DE PROTECÇÃO	29
3.3 IMÓVEIS EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO	29
3.4 OUTROS IMÓVEIS COM INTERESSE	32
3.4.1 ARQUITECTURA RELIGIOSA	32
3.4.2 ARQUITECTURA CIVIL	36
3.4.3 ARQUITECTURA INDUSTRIAL	42
3.4.4 PATRIMÓNIO MILITAR	43
3.4.5 OUTROS ELEMENTOS PATRIMONIAIS	43
<b>4. CONJUNTOS COM INTERESSE</b>	<b>46</b>
<b>5. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO</b>	<b>47</b>
5.1 SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS	47
5.2 ÁREAS SENSÍVEIS	54
<b>6. SÍNTESE CONCLUSIVA</b>	<b>55</b>

## ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Pelourinho de Vila Franca de Xira	18
Fotografia 2: Marco da IV <sup>a</sup> Léguas (Alverca)	19
Fotografia 3: Fachada principal da Igreja Matriz de Castanheira do Ribatejo	20
Fotografia 4: Igreja Matriz de Castanheira do Ribatejo	20
Fotografia 5: Portal da Igreja Matriz de Castanheira do Ribatejo	20
Fotografia 6: Azulejos de uma parede interior da Igreja Matriz de Castanheira do Ribatejo	20
Fotografia 7: Pelourinho de Povos	21
Fotografia 8: Marco da V <sup>a</sup> Léguas (Vila Franca de Xira)	22

Fotografia 9: Vista para a Quinta do Bulhaco	23
Fotografia 10: Quinta do Bulhaco - Estátua	23
Fotografia 11: Edifício da Quinta do Bulhaco	23
Fotografia 12 : Marco da VI <sup>a</sup> Léguas (Castanheira do Ribatejo)	23
Fotografia 13: Padrões do Termo de Lisboa, ladeando EN 10-1 <sup>a</sup>	23
Fotografia 14: Vista aérea sobre a Igreja Paroquial de N. Sr. <sup>a</sup> da Assunção	24
Fotografia 15: Fachada principal da Igreja Paroquial de N. Sr. <sup>a</sup> da Assunção	24
Fotografia 16: Interior da Igreja Paroquial de N. Sr. <sup>a</sup> da Assunção	24
Fotografia 17: Altar da Igreja Paroquial de N. Sr. <sup>a</sup> da Assunção	24
Fotografia 18: Portão de entrada da Quinta das Maduras	26
Fotografia 19: Edifício Central da Quinta das Maduras	26
Fotografia 20: Fachada principal da capela da Quinta das Maduras	26
Fotografia 21: Poço da Quinta das Maduras	26
Fotografia 22: Jardim da Quinta das Maduras	26
Fotografia 23: Altar da Capela de Santa Eulália	27
Fotografia 24: Ruínas do Palácio do Farrobo - Arcadas	28
Fotografia 25: Ruínas do palácio do Farrobo - Arco	28
Fotografia 26: Ruínas do Palácio de Farrobo - Portão	28
Fotografia 27: Fachada principal da Igreja do Mártir Santo São Sebastião	28
Fotografia 28: Igreja Matriz de Cachoeiras - Azulejos	31
Fotografia 29: Fachada principal da Igreja Matriz de Cachoeiras	31
Fotografia 30: Altar da Igreja Matriz de Cachoeiras	31

## 1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo será efectuada uma abordagem do território concelhio no que diz respeito à sua evolução histórica e ao património arqueológico e arquitectónico, tendo em vista a sua salvaguarda, valorização e divulgação.

De facto, o concelho de Vila Franca de Xira possui um sem número de imóveis com valor patrimonial que constituem a vestígios de diversas épocas e de diversas ocupações, e, portanto, fazem parte da memória colectiva. Para além dos imóveis, que por si só exibem valor arquitectónico, foram também considerados alguns conjuntos edificados referentes aos núcleos antigos de determinados aglomerados, pelo seu valor arquitectónico e histórico de conjunto e, não tanto, pelo valor individual dos seus elementos.

O caderno foi elaborado com base nos elementos fornecidos pelo Museu Municipal de Vila Franca de Xira, bem como, nas listagens de Imóveis Classificados e em vias de classificação do IPPAR e da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, disponíveis nos respectivos sítios da internet. Da bibliografia fornecida pelo Museu recorreu-se aos seguintes elementos:

*O concelho em que vivemos*, Município de Vila Franca de Xira, 1998;

*Memórias de Pedra e Cal – Exposição*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2001.

## 2. BREVE PANORÂMICA HISTÓRICA

### 2.1 HISTÓRIA DO CONCELHO

Os condicionalismos físicos da região que bordeja o rio Tejo, e que actualmente se estende desde a Póvoa de Santa Iria até à Castanheira do Ribatejo, foram determinantes na ocupação humana desde os tempos mais remotos. São do Paleolítico Inferior as mais antigas evidências de actividade humana encontradas no território de Vila Franca de Xira. Trata-se de instrumentos de pedra lascada recolhidos nas formações geológicas fluviais do terraço quaternário de Alverca, cujo ponto mais alto se situa no Alto do Pinheiro. Também, nos terraços quaternários do Tejo, junto à Castanheira, se recolheram artefactos em pedra lascada que testemunham acampamentos temporários de caçadores–recolectores nos terrenos junto ao rio. Os recursos alimentares eram abundantes: peixe, marisco do Tejo, caça de animais que se deslocavam na área e ainda os vegetais comestíveis que cresciam nos vales.

As transformações do clima no final do Paleolítico levaram à semi-sedentariação dos caçadores, numa época em que, já fora da área do actual concelho de Vila Franca de Xira, constituem referências o concheiro de Camarnal e, mais a Norte, os notáveis concheiros de Muge.

A apropriação da agricultura e da pastorícia e a criação de excedentes alimentares a partir do Neolítico, levaram a constituição de comunidades que ocuparam as elevações sobranceiras ao Tejo e aos vales de Vialonga, de Calhandriz e de S. João dos Montes. Presas à terra, guardando o grão no celeiro comum e defendendo colectivamente os meios de subsistência, estas comunidades criaram os seus pequenos mundos em torno de aldeias.

Sabe-se que a encosta sobranceira a Vila Franca de Xira foi ocupada no Neolítico final e no Calcolítico, épocas em que, ao uso parcial da pedra polida, os homens acrescentaram a primeira utilização dos metais. Os homens da cultura campaniforme ocuparam também outros pontos elevados do actual concelho, como o Alto do Pinheiro, no Sobralinho, e a Verdelha do Ruivo, em Vialonga. Em Monte Serves, nas terras altas da freguesia de Vialonga, o homem pré-histórico enterrou os seus mortos numa anta ou dólmen, monumento funerário formado por grandes pedras e um montículo artificial de terra e pedras (mamoá). Este monumento funerário megalítico fazia parte de uma necrópole constituída por estruturas funerárias já destruídas, como o Dólmen do Penedo e a gruta artificial, na órbita de um povoado pré-histórico que ainda se conserva parcialmente.

Nos finais do segundo milénio a.C., o domínio da metalurgia revolucionou o mundo. As populações sentiram necessidade de protecção, edificando povoados fortificados no cimo dos montes. No primeiro milénio a.C. existiu na Castanheira do Ribatejo o povoado fortificado do Monte dos Castelinhos, em localização estratégica na passagem da Lezíria para o interior, através da várzea do Rio Grande da Pipa. Próximo, embora já fora da área

do actual concelho de Vila Franca de Xira, localiza-se o Castro do Amaral, a noroeste de Cadafais. O domínio do ferro era então comum e seriam estas sociedades guerreiras que defrontariam, alguns séculos mais tarde, os conquistadores romanos.

A localização do território de Vila Franca de Xira na planície hidrográfica do Tejo levou a que esta área não ficasse alheia à romanização, podendo falar-se, não só em presença romana, comprovada pela existência de achados dispersos na quase totalidade das freguesias, mas também de ocupação romana, nomeadamente em Povos.

Favoravelmente condicionada pela sua situação geográfica, a região de Vila Franca de Xira foi, na época, atravessada pela principal via terrestre de acesso a Lisboa (*Olisipo*) que, em Alverca, se bifurcava, seguia uma pelo vale de Vialonga para Santo Antão do Tojal e Loures e a outra na direcção de Póvoa de Santa Iria, ladeando o rio. O Tejo era, de facto, a grande via navegável por onde chegavam e se escoavam os produtos. A comprová-lo, o conjunto de ânforas que têm sido encontradas por pescadores no leito do Tejo, nomeadamente junto aos mouchões de Alhandra e da Póvoa, e que denunciam a intensa actividade comercial romana. Também na *villa de Povos* em Povos, numa presumível villa, foram exumadas ânforas, provenientes de vários pontos do Império Romano, que terão sido descarregadas no cais de Povos. Transportadas nos porões dos navios, as ânforas continham produtos como o vinho, o azeite, os cereais e as conservas de peixe.

Vestígios de ocupação romana foram detectados em Calhandriz, atravessada por uma das vias secundárias que punham o vale do Tejo em contacto com o interior rural, nas Cachoeiras (sítio da Igreja Velha), em Castanheira e em Povos, o que parece denotar um estratégia de povoamento em que as terras marginais terão sido divididas em propriedades, cujo núcleo edificado se situava a meia encosta, dominando os terrenos agrícolas, os cursos de água e o acesso ao Tejo.

Não fugindo à regra da historiografia nacional, também sobre a região de Vila Franca de Xira, pouco se sabe dos tempos subsequentes à ocupação romana. As migrações germânicas, e a correspondente turbulência, poderão estar na origem do abandono da *villa* de Povos no século V.

Do domínio dos visigóticos, nos séculos VI e VII, é testemunho uma moeda visigótica em ouro, encontrada junto à freguesia de Castanheira e lamentavelmente furtada há alguns anos. Cunhada em Mértola, a moeda reportava-se ao reinado de Viterico (603-610).

Da passagem dos muçulmanos, chegaram aos nossos dias, alguns topónimos – Alpriate, Alfarrobeira, Alhandra e Alverca – e alguma arquitectura de influência árabe. Escavações arqueológicas, iniciadas em 1991, no alto do monte do Senhor da Boa Morte, revelam a existência de uma forte estrutura defensiva em taipa, do período islâmico, com pelo menos uma torre adossada à face exterior da muralha. Os níveis habitacionais identificados,

com paredes de taipa, são datáveis, pelo estudo das cerâmicas, de finais do século IX até à fase da Reconquista Cristã (século XII). Estes achados testemunham pois, a ocupação do monte por uma comunidade islâmica.

O foral de Povos data de 1195, altura em que o vale do Tejo estava ainda pouco seguro, e sofrera cinco anos antes, arremetidas muçulmanas. Estava-se em plena Reconquista Cristã e o foral, doado pelo rei D. Sancho I aos moradores do castelo de Povos, patenteia as preocupações defensivas nos direitos e deveres que estabelece.

No início do século XIII prosseguiu a instituição dos concelhos. Em 1203, o bispo D. Soeiro de Lisboa deu foral a Alhandra e, em 1206, D. Froila Hermiges recebeu a herdade de Cira, à qual dará foral em 1212. A outorgação de foral a Vila Franca e a Cira, distinguindo explicitamente no texto os dois lugares, faz-nos supor a existência de uma primitiva herdade de Cira, situada mais no interior, e uma Vila Franca nas margens do rio, onde o tráfego de pessoas e produtos se fazia mais facilmente. A designação de Vila Franca de Xira será comum na documentação a partir do século XIV. Alverca recebeu confirmação de concelho em 1357 e Castanheira apenas em 1510 conheceu foral novo, em conjunto com Povos.

A instituição destes concelhos pela monarquia cristã foi de par com as preocupações defensivas da época. Sabe-se que Povos, Alhandra e Alverca tiveram castelo, constituindo no seu conjunto uma linha de defensiva nas colinas sobranceiras ao Tejo. Serão precisamente os aglomerados urbanos na margem do rio que terão um maior desenvolvimento, assente na facilidade de comunicação que os portos do Tejo proporcionavam.

Em 1510, Vila Franca de Xira, Povos e Castanheira receberam foral novo, no âmbito da reforma dos forais promovida por D. Manuel I. A relação com o rio Tejo ocupa nestes documentos cerca de uma quarta parte do texto, pormenorizando os impostos e deveres relativos à pesca, ao comércio de pescado e marisco e, de um modo geral, a todas as entradas e saídas por água.

Póvoa de Santa Iria, Alverca, Alhandra, Vila Franca de Xira e Povos eram os portos que asseguravam as ligações da região com o Alentejo, com Lisboa e com as terras localizadas a Norte. É de lembrar que do Tejo se comunicava também para o interior do território do actual concelho de Vila Franca através dos cursos de água afluentes, então navegáveis. Só em Alverca havia três portos, na desembocadura de três esteiros.

No tempo da expansão marítima do país, a importância das actividades de beira-rio na região, nomeadamente a construção naval, esteve patente quando, em 1487, por haver peste em Lisboa, D. João II mandou armar uma esquadra nas águas do Tejo, frente a Povos e Vila Franca. Nesse Verão de 1487, e pelo mesmo motivo de evitar o contágio epidémico da capital, construiu-se em Povos frota que levou Bartolomeu Dias a dobrar o Cabo da Boa Esperança, em 1488. O rei D. João II acompanhou pessoalmente, em Povos, os preparativos da partida.

As relações de importância e de poder entre o conjunto de vilas assentes na margem Norte do Tejo sofreram alterações ao longo dos séculos. No detalhar da monarquia, Povos parece ter algum relevo pelo seu posicionamento defensivo e certamente por antecedentes históricos, situação a que os poderosos Ataídes, condes da Castanheira e senhores de Povos, dão, nos séculos XV e XVI, alguma continuidade. Contudo, com o passar dos tempos será Vila Franca que tomará a dianteira e se tornará na encruzilhada de caminhos – de terra e de água – e no eixo nevrálgico de comunicações que perdurou até aos nossos dias. As freguesias mais interiores – Calhandriz, Sobral (actual Sobralinho), São João dos Montes e Cachoeriras – mantinham um lento crescimento condicionado pelo afastamento das principais vias de comunicação.

Do ponto de vista económico, a história desta faixa da margem norte do Tejo está intimamente ligada às férteis terras da margem fronteira. Os senhores da terra eram os mesmos, a Casa Real, a igreja e alguma nobreza possuíam vínculo, a propriedade do solo. Castanheira e Povos foram, desde 1420, propriedade dos Ataídes, condes da Castanheira, até passarem, em 1705, para a Casa do Infantado. Alverca foi das capelas de D. Afonso IV. Alhandra pertenceu aos Arcebispos de Lisboa, e no século XVIII ao Patriarcado. Vila Franca era da Ordem de Cristo e, a partir do século XVI, dos bens da Coroa.

Às Lezírias, produtoras de trigo, cevada, milho e legumes abundantes de caça e de gado, acorriam jornaleiros e rendeiros da outra margem. A pequena agricultura de frutas e legumes em Alhandra, os cereais, vinho, azeite e frutas em Povos, dominavam a produção do lado de cá do rio. A profusão de atafonas, moinhos de vento, azenhas e lagares de azeite completava este sistema económico tradicional. A pesca, em que o Tejo era abundante, constituía naturalmente outra actividade importante. Fataças, linguados e sáveis eram pesados em todas as vilas, originando um comércio destas espécies.

Relativamente aos artífices, é de ressaltar a importância do fabrico da telha em Alhandra e Povos, referenciado desde o século XVIII, mas certamente de tradição anterior. Nas feiras locais trocavam-se os produtos. Três vilas tinham feira franca: Alhandra em 15 de Agosto, Alverca, em 15 de Julho e durante três dias, e Vila Franca, também durante três dias, era iniciada no primeiro Domingo de Outubro, subsistindo até à actualidade.

É de referir a fundação de uma fábrica de curtumes em Povos, em 1729, que foi a primeira deste ramo no País, ocupando durante muito tempo uma posição cimeira na produção nacional de curtumes. A Real Fábrica de Atanados da Vila de Povos foi cedida ao comendador João Mendes de Faria e obteve privilégio de isenção alfandegária para os seus produtos por parte de D. João V, em tempo de protecção à despontante proto-indústria portuguesa.

No início do século XIX, toda a região foi abalada pelas invasões francesas. Uma vez mais, a localização estratégica da área foi posta em relevo na construção do sistema defensivo de fortes que haveria de ficar conhecido por linhas de Torres Vedras. Este complexo de fortificações, construído em sigilo entre 1810 e 1811

pelas tropas luso-britânicas que combatiam os exércitos napoleónicos, aproveitou as elevações naturais do terreno para se implantar. No alto da elevação que domina Alhandra, hoje conhecida por Alto do Boneco, localiza-se o reduto n.º 13, designado por Forte da Boa Vista, onde, em 1883, se veio a erguer um monumento comemorativo. Daqui partiam para o interior outras fortificações, que permitiam dominar os vales subjacentes. Nesta, e na segunda linha, mais a Sul, abrigaram-se as populações da zona, nos duros anos de 1812 e 1813.

Outro acontecimento nacional ficou inexoravelmente ligado ao nome de Vila Franca, nos conturbados tempos que acompanharam a instauração do liberalismo em Portugal. Tratou-se da Vilafrancada, golpe de estado comandado por D. Miguel que decorreu de 27 de Maio a 3 de Junho de 1823, em Vila Franca de Xira, onde se instalaram, primeiro, D. Miguel e um regimento, e depois toda a guarnição e o próprio rei D. João VI. A este golpe esteve ligado também outra personagem relacionado com a região de Vila Franca de Xira, o 1.º conde de Suberra, de seu nome Manuel Inácio Martins Pamplona Corte-Real, nomeado ministro da guerra após a Vilafrancada, mas caído em desgraça logo no ano seguinte, aquando da Abrilada. O palácio dos Sosas em Vila Franca, conhecido por “Palácio da Vilafrancada”, onde se aquartelou D. Miguel durante os acontecimentos referidos, lamentavelmente já não existe.

Foi no século XIX que o concelho de Vila Franca de Xira tomou forma administrativa, tal como hoje se conhece, no quadro de reordenamento geral dos municípios, que esteve patente na reorganização espacial e administrativa do século XIX. Sucessivamente, foram extintos os velhos concelhos existentes na região e que, tinham todos raízes medievais: em 1836 deu-se a extinção do concelho de Povos e no ano seguinte desapareceu o de Castanheira. Em 1855, a reforma varreu os concelhos de Alhandra e de Alverca, passando, doravante, Vila Franca de Xira a integrar toda a área administrativa. Em 1886, com a extinção do concelho de Olivais, a freguesia de Vialonga passou para o concelho de Vila Franca e, finalmente, já no nosso século, em 1926, a freguesia de Póvoa de Santa Iria foi também anexada, alargando para sul a área do município.

A primeira metade do século XIX, não registou, do ponto de vista económico, transformações significativas na região. A agricultura, a pesca, o artesanato e a actividade comercial ocupavam as populações locais, na manutenção do sistema económico tradicional. Apenas em 1836, a constituição da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado veio introduzir características próprias do capitalismo agrário a toda esta vasta região.

A grande nobreza, possuidora de propriedades nesta área, determinou a construção e o restauro de palacetes e casa solarengas, integradas em quintas para onde amiudadas vezes se deslocava a classe nobre, tais como: a Quinta de Nossa Senhora da Piedade, dos Marqueses de Abrantes, na Póvoa; a Quinta do Bulhaco, dos Condes da Cunha, em São João dos Montes; o Paço do Sobralinho, do Duque da Terceira, que repetidas vezes acolheu a realeza; a Quinta de Suberra, dos condes e depois marqueses do mesmo nome, em São João dos Montes e o Palácio do Farrobo, sobranceiro a Vila Franca de Xira, propriedade do Conde do Farrobo.

A chegada do comboio em 1856, no âmbito da abertura do primeiro troço de linha férrea do país, de Lisboa ao Carregado, marcou o início de um novo período no desenvolvimento da região. Se a favorabilidade das comunicações tinha já marcado o processo histórico, daqui em diante este factor revelar-se-á cada vez mais determinante no rumo da história local.

Já próximo do final do século XIX a industrialização assentará arraiais precisamente nesta faixa bordejante do caminho-de-ferro. À Póvoa de Santa Iria chegou, em 1859, a indústria de produtos químicos, conhecida por “Fábrica da Póvoa”. Foi fundada pelo Visconde de Vila Maior e logo adquirida pelos franceses Deligny. Dez anos depois, também na Póvoa de Santa Iria, abriu a “Companhia de Moagens de Santa Iria”, dedicada à moagem de cereais. Em 1892 iniciaram o seu funcionamento em Alhandra duas fábricas têxteis, sendo uma de tecidos de linho e juta e outra de fazendas de lã, localizada esta última na Quinta da Figueira, onde, apesar de desactivada, ainda hoje se mantém. Também em Alhandra abriu, em 1894, a fábrica de cimentos fundada por António Teófilo de Araújo Rato que, após sucessivas transformações, daria origem à actual fábrica da Cimpor. O impacto exercido na vila de Alhandra pela instalação, em menos de uma década, das três fábricas mencionadas é fácil de supor.

O desenvolvimento das comunicações, com a construção, em 1951, da ponte sobre o Tejo em Vila Franca de Xira e da abertura do troço de auto-estrada Lisboa-Vila Franca de Xira, em 1962, foram determinantes para o crescimento populacional e para o aumento da actividade industrial do concelho.

De facto, nos anos subsequentes, e principalmente a partir da década de 70, Vila Franca de Xira assistiu a um crescimento urbano muito considerável, que incidiu, sobretudo, nas freguesias a Sul e mais próximas da zona ribeirinha e das vias de acesso a Lisboa. Surgiram diversas áreas urbanas de origem clandestina.

O desafio que hoje se coloca, é o de libertar a área ribeirinha, promovendo a sua fruição alicerçada no desenvolvimento de projectos valorização, de lazer e de recreio.

## **2.2 HISTÓRIA DAS FREGUESIAS**

### **2.2.1 Alhandra**

Embora o topónimo acuse a origem árabe, pouco se sabe de Alhandra antes da reconquista cristã. O esporádico achado de uma ânfora no Tejo junto ao mouchão de Alhandra lembra a importância da navegação romana nestas paragens. Em 1203 o bispo Dom Soeiro de Lisboa concedeu foral a Alhandra, dando início a uma situação de excessiva subjugação económica dos moradores da vila aos prelados, o que só foi resolvido por acordo mútuo entre a igreja e a câmara, em 1480. O concelho de Alhandra perdurou até 1855, data em que, no âmbito da reestruturação administrativa do país, foi extinto.

As actividades produtivas dominantes eram, até ao século XIX, a pesca no Tejo, a agricultura nas lezírias e o fabrico de telha e tijolo. No final do século XIX, esta situação foi alterada pela forte implantação industrial: a fábrica de lã da Quinta da Figueira e a fábrica de cimento “Moreira Rato” instalaram-se na vila entre 1892 e 1894. O fim do século XIX foi marcado, também, por um importante movimento cultural: fundação da Sociedade Euterpe Alhandrense em 1862, inauguração do Teatro Tália, em 1865 e do “moderno” Teatro Salvador Marques, em 1905. À dinâmica cultural somava-se o republicanismo – o Centro Republicano de Alhandra, nascido em 1881, deixou na vila o gérmen da ideologia que viria a expandir-se e a ganhar eleições locais ainda em plena monarquia.

### **2.2.2 Alverca**

Outro topónimo árabe a marcar presença no concelho de Vila Franca de Xira: Alverca, terra alagadiça, junto ao Tejo e seus esteiros que foi preciso reconquistar e fortificar. Para esse fim se ergueu castelo, de que hoje não resta senão breve troço de muralhas. Não se conhece o foral de Alverca, mas apenas a sua carta de confirmação, por D. Pedro I, em 1357. Três anos antes, Alverca fora doada às Capelas de D. Afonso IV, vínculo a que se manteve ligada até ao final do Antigo Regime. Posteriormente, no contexto da reorganização municipal portuguesa implementada pelo liberalismo, foi extinto o concelho de Alverca em 1855.

O Tejo foi importante no desenvolvimento da vila, nomeadamente pela localização de três portos, na desembocadura do mesmo número de esteiros, através dos quais se fazia a comunicação de pessoas e bens. As actividades dominantes eram a agricultura e a pesca, salientando-se até meados do século XX a manutenção de três actividades tradicionais: o fabrico de azeite, a produção de queijo e a extracção de sal. A industrialização chegou em 1918 com a instalação do Parque de Material Aeronáutico, que desempenhou desde logo importante papel no emprego e fixação de população.

### **2.2.3 Cachoeiras**

As primeiras menções ao topónimo surgem na Idade Média, com referência à “Quinta das Cachoeiras” que foi vínculo das Capelas de D. Afonso IV até ao reinado de D. João I. No entanto, o território foi povoado desde a Pré-História, o que é comprovado pelo achado de artefactos diversos, conservados no Museu Municipal. No século XVIII Cachoeiras pertencia ao termo de Alenquer e, em consequência, à Casa da Rainha. Na reestruturação administrativa do liberalismo a freguesia foi integrada no concelho de Vila Franca de Xira.

A agricultura era a actividade dominante, destacando-se o cultivo da vinha, da oliveira e dos cereais, a que se juntava também a pesca na ribeira das Cachoeiras. Afastada, tanto das grandes vias de comunicação – Tejo e estrada real, como das mais recentes – caminho-de-ferro e auto-estrada, a evolução da freguesia fez-se

moderadamente, sem a pressão demográfica que caracteriza a faixa industrial do concelho. Conserva-se ainda hoje a estrutura agrária que transparece na paisagem organizada em quintas e casais.

#### **2.2.4 Calhandriz**

A interioridade face ao Tejo e às principais vias de comunicação é um factor relevante na apreciação histórica da freguesia de Calhandriz. Vestígios encontrados na ribeira de Calhandriz atestam a ocupação humana nos primeiros tempos Pré-Históricos. No princípio do século, S. Marcos de Calhandriz tinha 100 vizinhos, sendo freguesia do termo da vila de Alhandra. No início do século XIX toda a região foi abalada pelas invasões francesas, contrariadas pela construção das linhas defensivas de Torres Vedras, localizando-se alguns fortes nas serras sobranceiras a Calhandriz. A sede de freguesia, implantada num anfiteatro natural, apresenta um curioso traçado urbano, agarrado ao relevo, que é uma constante ainda dos nossos dias. A paisagem é dominada pelas produções agrícolas, com destaque para a vinha e árvores de fruto.

#### **2.2.5 Castanheira**

É na zona adjacente à freguesia de Castanheira, nas terras baixas junto ao Tejo, que se encontram os vestígios mais antigos de ocupação humana, os quais remontam ao Paleolítico. Muito tempo depois, no 1.º milénio a.C., existiam nos arredores grandes povoados fortificados, de que se destaca, na área da própria freguesia, o Monte dos Castelinhos. A ocupação romana ficou também marcada por achados diversos, de novo no Monte dos Castelinhos e no Bairro Gulbenkian.

Nos séculos XII e XIII a Castanheira fazia parte do termo de Povos que teve foral antigo em 1195. Em 1452 D. Afonso V concedeu carta de Vila à aldeia e lugar de Castanheira e o foral novo, concedido por D. Manuel I, em 1510, foi atribuído conjuntamente às vilas de Povos e Castanheira. Os séculos XV e XVI foram marcados pelo poder dos Ataídes, senhores da Castanheira, tendo sido D. António de Ataíde, o 1.º Conde da Castanheira, por mercê de D. João III. O concelho de Castanheira foi extinto em 1837, um ano após o desaparecimento do concelho de Povos.

A Castanheira manteve até meados do século XX uma acentuada feição agrícola. Ainda em 1940 predominava a cultura dos cereais e as frutas eram o principal produto do seu comércio. Ao mesmo tempo imperava uma forte ligação às lezírias e ao capitalismo agrário protagonizado pela família Palha Blanco. As últimas décadas trouxeram modificações profundas, operadas pela instalação de grandes unidades industriais e pelo crescimento urbanístico e demográfico.

### 2.2.6 Forte da Casa

Situado na faixa litoral junto ao rio Tejo, onde se encontram as principais indústrias e os maiores aglomerados urbanos do concelho, o Forte da Casa tem uma população residente que trabalha na sua maioria na indústria e serviços. Até aos anos sessenta toda esta zona era de características rurais, coberta de extensos olivais. Os padrões do termo de Lisboa localizados na Estrada Nacional 10, na Verdelha, referem em 1782 a existência de muitas oliveiras na região.

O topónimo Forte da Casa provém da existência neste local de vestígios de fortificações das linhas defensivas de Torres Vedras, construídas em sigilo, entre 1809 e 1812. Daqui iniciava-se a 2.<sup>a</sup> linha defensiva que prosseguia por Vialonga, Bucelas, Mafra, até à ribeira de Ribamar. Dentro da povoação localizam-se bocados do Forte da Casa, cujo interior foi adaptado a parque infantil. A Norte do aglomerado populacional, no monte sobranceiro à Escola Secundária, localizam-se o Forte da Rua Nova, ou do reentrante e o Forte da Arroiteia, dominando o vale de Alfarrobeira. A freguesia é de fundação muito recente (1985), remontando à década de 70 o início do surto urbanístico na zona.

### 2.2.7 Póvoa de Santa Iria

Achados avulsos de artefactos pré-históricos em Bragadas, Salvação e Casal da Serra, testemunham a ocupação humana desde o paleolítico na área da actual Póvoa de Santa Iria. Importantes vestígios romanos – lápide epigrafada e ânfora encontrada junto ao mouchão – fazem supor a ocupação romana da zona e a importância da navegação no Tejo naquela época. Instituído no século XIV, o morgadio da Póvoa desenvolveu-se a partir da Quinta da Piedade, cujo terceiro senhor, Martim Afonso Valente, foi apoiante de Mestre de Aviz na revolução de 1383/85. No início do século XVI o proprietário da Quinta e 7.<sup>o</sup> Senhor da Póvoa, era D. Martinho de Castelo Branco, 1.<sup>o</sup> conde de Portimão, de quem a localidade tomou a designação de “Póvoa de D. Martinho”.

As actividades económicas tradicionais que ocupavam os habitantes da póvoa eram a pesca, a agricultura, ora cultivando a vinha e a oliveira, ora os cereais no mouchão, e o trabalho nas salinas e telhais. A indústria implantou-se cedo: em 1867 a “Fábrica da Póvoa” (produtos químicos) e em 1877 a “Companhia de Moagens de Santa Iria” (moagem de cereais). Com a criação da Soda-Póvoa, actual Solvay, a freguesia ficou fortemente marcada pelo carácter industrial.

### 2.2.8 S. João dos Montes

Um conjunto de aglomerados rurais formam a actual freguesia de S. João dos Montes. É num dos pontos mais interiores, e na confluência já com o concelho de Arruda dos Vinhos, onde se encontram indícios de presumível ocupação romana. Referimo-nos a São Romão, topónimo comum a locais que tiveram presença romana, onde

foi encontrada uma lápide funerária, hoje colocada na ermida local. Na época medieval, século XIII, foi fundada a igreja de São João dos Montes (actualmente sede de freguesia), onde se encontram algumas cabeceiras de sepulturas.

A paisagem era pontuada por casais e quintas, alguns dos quais foram determinantes para o desenvolvimento dos lugares em redor. O caso mais paradigmático foi a Quinta da Subserra, fundada no século XVII, em torno da qual se originou a povoação de Subserra. Locais de lazer para a nobreza, as quintas eram pólos de desenvolvimento económico que sustentavam todo um sistema económico tradicional, constituído por moinhos de vento, azenhas e lagares de azeite. Estes símbolos da economia tradicional perduraram até muito recentemente na freguesia de S. João dos Montes.

### 2.2.9 Sobralinho

A freguesia do Sobralinho é atravessada longitudinalmente pelas formações geológicas fluviais que constituem o denominado “terraço quaternário de Alverca”, designação que radica na antiga inserção administrativa desta área na freguesia de Alverca. Aqui foi encontrado, à superfície, um conjunto de artefactos datáveis do Paleolítico, os quais comprovam a deslocação de grupos de caçadores-recolectores na zona.

Termo de vila de Alverca, a área que actualmente corresponde à freguesia de Sobralinho repartia-se pelos lugares de Sobral Grande e Aldeia, os quais originaram os topónimos de Sobralinho e Aldeia do Sobralinho. Do ponto de vista eclesiástico constituía a paróquia do Espírito Santo do Sobral. A economia local organizava-se em torno dos casais agrícolas e quintas, de que se destacavam a Quinta do Pinheiro e a Quinta do Duque da Terceira, hoje conhecida por paço do Sobralinho. Este último constituiu, no século XIX, importante local de encontro e convívio da alta nobreza e da própria corte.

### 2.2.10 Vialonga

A ocupação das elevações sobranceiras ao Tejo pelas comunidades que, conhecedoras da agricultura e da pastorícia, se estabeleceram nesta região, está bem documentada na área correspondente à freguesia de Vialonga. Junto à Verdelha do Ruivo, na pedreira do Casal do Penedo, vestígios de um povoado, uma gruta funerária e um dólmen, em parte desaparecidos, atestam a ocupação deste sítio no Neolítico final/Calcolítico. Em Monte Serves, já quase no limite do concelho, outro dólmen, hoje incompleto, constitui testemunho do megalitismo.

Em época romana, a tradicional via de acesso a *Olisipo* atravessa o vale de Vialonga a caminho de Loures. Nesta área localizam-se as “*Villae*” – centros residenciais de exploração agrícola, que o achado de mosaicos romanos, em localização imprecisa da freguesia, vem confirmar. Na Idade Média, e no contexto do repovoamento do território, após a Reconquista, surgem-nos, ainda no século XII, as primeiras referências à

Granja de Alpriate., que viria a pertencer aos Templários e à Ordem de Cristo. A primeira documentação conhecida referente a Vialonga é do século XIV. Até 1826 a freguesia de Granja de Alpriate coexistiu com a de Vialonga, na qual foi integrada naquela data. Com a extinção do termo de Lisboa, Vialonga foi incorporada, em 1852, no concelho dos Olivais, de onde foi transferida para o de Vila Franca de Xira, em 1886.

### 2.2.11 Vila Franca de Xira

Os primeiros habitantes na área que hoje corresponde à freguesia de Vila Franca de Xira, fizeram das grutas da Pedra Furada espaços funerários colectivos que permitem datar essa ocupação do Neolítico final e Calcolítico. Em tempos de ocupação romana foi junto ao Tejo, em Povos, que existiu uma “*villa*”, ocupada entre os séculos II e IV. A islamização está documentada, por sua vez, documentada no monte do Senhor da Boa Morte, onde recentes pesquisas trouxeram à luz as primeiras muralhas muçulmanas em taipa que se conhecem a Norte do Tejo, protegendo vestígios de habitações muçulmanas.

A Reconquista Cristã levou à construção do Castelo no alto do monte, sendo bem patente a sua importância defensiva no foral concedido, em 1195, por D. Sancho I, aos moradores do Castelo de Povos. Desta ocupação medieval é ainda hoje visível o conjunto de sepulturas antropomórficas escavadas na rocha. Um pouco a Sul de Povos, a herdade de Cira era, em 1206, doada a D. Froila Ermiges, a qual, em 1212, concedeu foral aos moradores de Cira e Vila Franca. Nos séculos seguintes impor-se-ia o topónimo de Vila Franca de Xira, desenvolvendo a vila o seu papel de encruzilhada de caminhos – estradas de terra e de água. Ao mesmo tempo que Povos perdia a primitiva importância, o que ia a par com o progressivo assoreamento do seu cais, Vila Franca desenvolvia-se e tronava-se, no século XIX, a sede do novo concelho que resultou dos antigos concelhos de Povos, Castanheira, Alhandra e Alverca.

Do ponto de vista administrativo a freguesia de Vila Franca de Xira integra também as lezírias, terras fértilíssimas, cuja exploração agrícola e pecuária sempre influenciou o trabalho e as deslocações sazonais das gentes da outra margem. Propriedades pertencentes à casa Real e à igreja Patriarcal, após a constituição da Companhia das Lezírias, em 1836, estas passaram, na sua maioria, a ser posse desta empresa agrícola.

### 3. PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

#### 3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

A história do progresso humano é a história das relações do homem com o meio onde vive, o domínio dos materiais e a sua utilização, de modo a melhorar as suas condições de vida. É a herança dos seus antepassados, a estrutura da sua identidade, os valores materiais e espirituais que unem um povo e um país.

O Homem criou, ao longo dos tempos, obras que constituem um património que importa estudar, proteger e divulgar.

Actualmente assiste-se à destruição massiva deste património, por ignorância, abandono ou desprezo, em detrimento das novas formas de cultura importadas e estandardizadas que não conseguem dialogar em harmonia com as formas tradicionais próprias do meio envolvente.

Felizmente, há uma consciência crescente da importância que assume a defesa do património cultural e construído assistindo-se, não só a intervenções pontuais, mas também à salvaguarda de conjuntos e locais com valor próprio ou de enquadramento.

Triunfando sobre a acção destruidora do tempo e dos homens, o Concelho guarda ainda vestígios da vida dos povos que, ao longo dos séculos, o ocuparam. A preservação ou recuperação do património construído surge como uma tarefa algo difícil, dado o estado em que se encontram alguns dos aglomerados, descaracterizados pelas novas construções de má qualidade arquitectónica e implantadas de forma desordenada.

No concelho de Vila Franca de Xira existem alguns imóveis classificados ou com classificação em estudo. Encontram-se, também, diversos edifícios, não só de arquitectura erudita, mas de feição mais popular, bem como diversos vestígios arqueológicos, que urge proteger.

Quanto à legislação existente sobre esta matéria, o conceito e o âmbito de Património Cultural vêm definidos na **Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro** (que vem substituir a Lei n.º 13/85), estabelecendo as bases da política e do regime para sua protecção e valorização desta realidade da maior importância para a compreensão, salvaguarda e estruturação da identidade nacional e para a democratização da cultura.

O Decreto n.º 21 875 de 18 de Novembro de 1932, e o D.L. n.º 34 993 de 11 de Outubro de 1945, legislam sobre zonas de protecção de edifícios e outras construções de interesse público.

Ainda no que concerne à legislação aplicável no âmbito do património, são de referir os seguintes diplomas:

- **D.L. n.º 205/88**, de 16 de Junho - define quais os técnicos que podem assinar projectos em zonas de protecção de monumentos nacionais e imóveis de interesse público;

- **D.L. n.º 270/99**, de 15 de Julho - define o que se entende por trabalhos arqueológicos e contém o regulamento a que estes devem obedecer;
- **D.L. n.º 120/97**, de 16 de Maio – aprova a orgânica do Instituto Português do Património Arquitectónico;

Em resultado dos milhares de anos de povoamento nesta região, existem inúmeros valores patrimoniais, arquitectónicos e arqueológicos, que urge preservar. Nos sub-capítulos seguintes serão descritos os imóveis classificados (Monumentos Nacionais, Imóveis de Interesse Público e Imóveis de Interesse Municipal) e com classificação em estudo, outros imóveis com interesse que foram identificados pela equipa do Museu Municipal de Vila Franca de Xira durante, bem como, através do trabalho de levantamento.

## 3.2 IMÓVEIS CLASSIFICADOS

### 3.2.1 Monumentos Nacionais

- Pelourinho de Vila Franca de Xira (MN, Decreto 16-06-1910, DG n.º 136 de 23 de Junho de 1910)

Pelourinho de Vila Franca de Xira (MN) – De arquitectura civil, judicial, manuelina, barroca e revivalista, este pelourinho está situado no centro de Vila Franca de Xira, no meio da Praça Afonso de Albuquerque, em frente aos Paços do Concelho. É um pelourinho de bola, reconstruído a partir de fragmentos manuelinos e apresenta uma base de escócia facetada côncava, de tipo estrelar e duas peças do fuste torso de estrias helicoidais decorado com séries alternadas de rosetas, remate em taça invertida de bordo conchado, terminando em esfera encimada por pequeno paralelepípedo que sustenta esfera armilar e cruz da Ordem de Cristo. Dos elementos originais restam apenas a parte da base, as duas metades da coluna e parte do remate. Na reconstrução foi completado com elementos revivalistas de acordo com os estilos patentes nos fragmentos: parte superior da base facetada neo-manuelina; nó de duplo-anel e capitel convexo neo-barrocos.

**Fotografia 1: Pelourinho de Vila Franca de Xira**



Fonte: IPPAR

### 3.2.2 Imóveis de Interesse Público

- Marco da VI<sup>a</sup> Léguas (Castanheira do Ribatejo) (IIP, Decreto n.º 32 973, DG n.º 175 de 18 de Agosto de 1943)
- Igreja Matriz de Castanheira do Ribatejo (IIP, Decreto n.º 45 327, DG n.º 251, 25 de Outubro de 1963)

- Quinta e Convento de Santo António (IIP, Decreto n.º 2/96, DR n.º 56 de 06 de Março de 1996)
- Pelourinho dos Povos (IIP, Decreto n.º 23 122, DG n.º 231 de 11 de Outubro de 1933)
- Marco da V<sup>a</sup> Léguas (Vila Franca de Xira) (IIP, Decreto n.º 32 973, DG n.º 175 de 18 de Agosto de 1943)
- Quinta do Bulhaco (IIP, Decreto n.º 5 / 2002, DR n.º 42 de 19 de Fevereiro de 2002)
- Marco da IV<sup>a</sup> Léguas (Alverca) (IIP, Decreto n.º 32 973, DG n.º 175 de 18 de Agosto de 1943)
- Padrões do Termo de Lisboa (IIP, Decreto n.º 38 973, DG n.º 175 de 18 de Agosto de 1943)
- Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Assunção (IIP, Decreto n.º 45/93, DR n.º 280, 30 de Novembro de 1993)
- Quinta e Palácio de Nossa Senhora da Piedade (IIP, Decreto n.º 29/84, DR n.º 145, 25 de Junho de 1984)
- Quinta das Maduras (Vialonga) (IIP, Decreto n.º 67/97, DR n.º 301 de 31 de Dezembro de 1997)
- Pelourinho de Alverca (IIP, Decreto n.º 23 122, DG n.º 231 de 11 de Outubro de 1933)
- Pelourinho de Alhandra (IIP, Decreto n.º 23 122, DG n.º 231 de 11 de Outubro de 1933)

Marco da VI<sup>a</sup> Léguas (IIP) (Castanheira do Ribatejo) – De arquitectura civil de equipamento, barroca, este marco viário está localizado na EN1, ao Km. 29 270, junto à Quinta dos Fidalgos, encontrando-se parcialmente embebido no muro Este da Quinta dos Fidalgos, à face da estrada. Foi construído em 1788 por determinação da rainha D. Maria I. Sobre base quadrangular de topo chanfrado, eleva-se um paralelepípedo quadrangular cuja face virada para a estrada apresenta moldura recortada na qual se reconhecem, gravadas, uma inscrição alusiva à memória construtiva, datada de 1788, e as armas reais. Na parte superior observa-se uma pirâmide de base quadrada e faces côncavas rematada por esfera com um relógio de sol insculpido.

**Fotografia 2: Marco da IV<sup>a</sup> Léguas (Alverca)**



Fonte: Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais

Igreja Matriz de Castanheira do Ribatejo (IIP) – Imóvel de arquitectura religiosa, renascentista e maneirista (séculos XVI/XVII). De planta longitudinal composta, de que resulta uma volumetria de dois paralelepípedos justapostos (nave e capela-mor), o edifício apresenta cobertura diferenciada em telhados a duas águas. A fachada principal, lateralmente delimitada por cunhais de cantaria e terminada em empena triangular, apresenta um portal encimado a eixo pelas armas do conde da Castanheira e por uma janela rectangular. Na sobriedade desta fachada destaca-se o risco do portal, em arco de volta perfeita, de quatro arquivoltas, que está inscrito entre colunas de fuste estriado e um entablamento e cuja decoração se concentra nas cantoneiras (medalhões

com figurações de cabeças humanas), no intradorso do arco (rosetas) e na arquitrave (assente em mísulas com figurações animais e com a face posterior igualmente decorada com rosetas).

No interior, de nave única que termina em arco triunfal, os muros apresentam revestimento azulejar do tipo tapete, com três padrões diferentes. No lado do Evangelho reconhece-se a pia baptismal, renascentista, e uma pia de água benta, além de um altar de talha dourada e de um púlpito com base de cantaria, enquanto do lado da Epístola se observa outra pia de água benta e um altar com retábulo tipologicamente afim, mas com uma pintura que representa “A Pesagem das Almas”. Ladeando o arco triunfal, em arco abatido, em cantaria e apresentando colunas de fuste estriado e medalhões idênticos aos do portal principal, são visíveis dois altares de talha dourada. Na parte superior dos muros da nave observam-se, ainda, as mísulas que suportavam a primitiva cobertura abobadada. Na capela-mor, rectangular e coberta por tecto de madeira pintada de três faces, decorado com caixotões, as paredes laterais apresentam revestimento azulejar do tipo tapete. Destaca-se, no muro de topo, o retábulo de talha dourada com colunas pseudo-salomónicas, decoradas com frutos e aves, e vazado por camarim albergando trono. Na capela-mor podem observar-se restos de policromia. Sob a capela-mor situa-se a cripta.

**Fotografia 3: Fachada principal da Igreja Matriz de Castanheira do Ribatejo**



**Fotografia 4: Igreja Matriz de Castanheira do Ribatejo**



**Fotografia 5: Portal da Igreja Matriz de Castanheira do Ribatejo**



**Fotografia 6: Azulejos de uma parede interior da Igreja Matriz de Castanheira do Ribatejo**



Fonte: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais

Quinta e Convento de Santo António (IIP) (Cachoeiras) – Destacada da estrada principal e isolada por um terreno murado, a quinta tem acesso por uma alameda arborizada que se constitui como valorização perspéctica do conjunto. O complexo arquitectónico é constituído por: Igreja (incluindo capelas dos Ataíde e laterais), dependências conventuais (retrocoro, capela dos Quintela, sacristia, claustro, celas e pátio), casas de fresco, estruturas incluídas na cerca (tanque, jardim do buxo e poço) e outras dependências (lagares e estábulo). O espaço da totalidade dos edifícios desenvolve-se na relação com a igreja às quais se adossam as capelas dos

Quintela, a Sul, e dos Ataíde, a Norte. Os restantes edifícios agrupam-se em torno de um pátio a Norte e de um claustro a Este. O complexo compreende ainda o jardim do buxo, situado a Sul da capela-mor, e as casas de fresco (incluindo a ermida de Santo António de Vila Franca), que se desenvolvem a Norte e a Este. Além deste agregado, no ângulo Norte, encontra-se o tanque e num ponto mais afastado, o poço. De planta longitudinal composta, o complexo apresenta volumetria escalonada, sendo a cobertura efectuada por telhados diferenciados a duas, três e quatro águas. É um conjunto de arquitectura religiosa manuelina, renascentista, barroca, neoclássica e popular/vernácua. Foi o primeiro convento franciscano edificado nos arredores de Lisboa.

A igreja é de traça simples e insere-se numa tipologia corrente na região, rústica de fachada caiada com trabalhos de massa em relevo pintados, lateralmente delimitada por cunhais de aparelho rusticado e superiormente rematada por frontão mistilíneo (popular/vernácua). A planta é em cruz latina, com capelas adossadas dos Ataíde (renascentista), Quintela (neoclássica) e laterais (manuelinas). O portal da igreja (manuelino) apresenta afinidades com os portais do convento de Nossa Senhora da Suberra, na Castanheira, e da igreja de Nossa Senhora da Salvaça, em Arruda dos Vinhos.

As dependências conventuais incluem as duas casas de fresco (renascentista, barroca e popular/vernácua), tanque, jardim do buxo, poço, celas (zona mais adulterada), lagares, refeitório, cozinha, casa do capítulo e livraria conventual. A decoração no seu conjunto engloba muros azulejados, pintura de muros, trabalho em cantaria e trabalhos de massa.

Pelourinho de Povos (IIP) (Vila Franca de Xira) – De arquitectura civil, judicial, manuelina, está situado no Largo da Forca, em Vila Franca de Xira. Possui um soco de três degraus octogonais, escalonados, de focinho boleado, onde assenta uma base oitavada de faces côncavas com três anéis envolventes. O fuste é cilíndrico helicoidal, com arestas espiraladas à direita, decorado com uma série de rosetas até meia altura onde se encontra um nó constituído por dois anéis sobrepostos, de dimensões e decoração diferenciada: o inferior recamado de folhagem e o superior decorado com torsal de nastros. As cavas das espiras do segundo registo são totalmente preenchidas com elementos fitomórficos, zoomórficos e grutescos. Tem capitel prismático oitavado, tendo apostas três pedras de armas de Ataídes e uma cabeça em alto relevo. No remate tronco-cónico de topo arredondado, cravam-se, inferiormente, quatro ferros em cruz, com remates zoomórficos, providos de argolas.

**Fotografia 7: Pelourinho de Povos**



Fonte: IPPAR

**Fotografia 8: Marco da V<sup>a</sup> Léguas (Vila Franca de Xira)**



Fonte: IPPAR

Marco da V<sup>a</sup> Léguas (IIP) (Vila Franca de Xira) – Este marco não se encontra no seu local original, está neste momento num depósito na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

Quinta do Bulhaco (IIP) (Calhandriz) – De arquitectura civil residencial, setecentista, a Quinta do Bulhaco está situada junto ao lugar de Trancoso. Conjunto arquitectónico constituído por parte da primitiva Quinta, incluindo a Casa Grande, os pátios, as dependências agrícolas, a azenha, a casa de fresco, o Casal do Pereiro, o sistema hidráulico e terrenos agrícolas e silvícolas. Composta pela articulação de diferentes construções de planta rectangular em torno de um pátio também rectangular que comunica com um segundo pátio, a Norte, através de um túnel que atravessa uma das edificações de apoio. Os dois edifícios principais do pátio, apresentam volumetria paralelepípedica, sendo a cobertura efectuada por telhados

de três e quatro águas, e em coruchéu, revestido a azulejo. No alçado principal da construção a Norte, denominada Casa Grande, observa-se o piso térreo vazado por portas e janelas de peito, demarcando-se o andar nobre pela presença de cinco janelas de sacada (servidas por varandim guarnecido por guarda metálica) encimadas no segundo andar por janelas de peito.

Na Casa Grande distinguem-se três zonas no que concerne à organização e compartimentação interna: serviços no piso térreo (cozinha e arrecadações); zona social no andar nobre, onde se reconhecem sete salas articuladas entre si, revestidas com painéis azulejares (século XVIII), destacam-se a Saleta, o Escritório e a Sala Grande (onde se distingue parte do mobiliário, originalmente encomendado para este espaço). No 2<sup>o</sup> andar, correspondente a área privada, localizam-se os quartos, revestidos com lambril de azulejo (tipo tapete).

O edifício a Oeste, a denominada Casa da Torre, apresenta o alçado principal compartimentado em três corpos, dada a incorporação, sensivelmente a meio da fachada, de uma torre que se eleva relativamente ao restante corpo da construção, de secção quadrada e destacada por pilastras, que exhibe uma porta ao nível do embasamento, encimada por peanha em forma de mísula, que suporta uma estátua pétreo. Os corpos laterais ostentam uma estruturação análoga à do alçado principal da Casa Grande, diferindo apenas na abertura de janelas de peito ao nível do piso nobre. A Casa da Torre exhibe uma distribuição congénere à Casa Grande, excepto no que reporta ao 2<sup>o</sup> piso, utilizado como celeiro.

O denominado Casal do Pereiro, constituído por três edifícios: a casa primitiva, o designado Casal Novo, ostentando um interessante alpendre cujo tecto apresenta ornamentação pictórica de carácter heráldico, e uma construção (recente) que os articula. Reconhece-se ainda um jardim formal, onde se destaca um tanque circular, (Tanque do Buxo), e a Casa de Fresco, de secção pentagonal e revestida a azulejos. Relativamente às

construções de apoio, localizadas em torno do pátio Sul, reconhecem-se ainda as cavaliçadas, as cocheiras, o lagar e a adega.

**Fotografia 9: Vista para a Quinta do Bulhaco**



**Fotografia 10: Quinta do Bulhaco - Estátua**



**Fotografia 11: Edifício da Quinta do Bulhaco**



Fonte: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais

**Fotografia 12 : Marco da VI<sup>a</sup> Léguas (Castanheira do Ribatejo)**



Fonte: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais

Marco da IV<sup>a</sup> Léguas (IIP) (Alverca do Ribatejo) – Está localizado na EN 12-1, no quilómetro 16 850, na saída de Alverca. Está deitado, entre vegetação e próximo de construções.

Padrões do Termo de Lisboa (IIP) (Alverca do Ribatejo) – De arquitectura civil comemorativa, barroca, os Padrões do Termo de Lisboa (Obeliscos) situam-se na EN 10-1, ao Km 13 895, à entrada de Alverca. Marco viário, construído a mando da Rainha D. Maria I, em 1782. De soco quadrangular adornado com moldura recta, o padrão contém uma inscrição nas faces do lado Sul. Sobre o soco elevam-se, sucessivamente, plinto, escócia e agulha piramidal, em cuja parte inferior se reconhece, aposta numa das faces Sul, uma pedra de armas de Portugal sobre tarja e encimada por coroa real. O remate é efectuado por um fogaréu.

**Fotografia 13: Padrões do Termo de Lisboa, ladeando EN 10-1<sup>a</sup>**



Fonte: IPPAR

Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Assunção (IIP) (Vialonga) – Igreja paroquial rural, de arquitectura religiosa renascentista e barroca. Apresenta uma planta composta pela justaposição de dois rectângulos, nave única e capela-mor profunda, resultando numa volumetria sensivelmente paralelepípedica, coberta por dois telhados diferenciados a duas águas. A torre sineira, de secção quadrada, apresenta-se adossada ao muro Norte, em posição recuada relativamente à fachada principal, acompanhada por outras construções anexas (designadamente, capela mortuária e sacristia, encimada por lanternim). O alçado principal, a Oeste, é animado pela presença do portal de verga recta, articulado com uma janela rectangular de avental de cantaria, sendo rematado por frontão triangular, integrando relógio. Lateralmente a fachada apresenta-se delimitada por cunhais de cantaria encimados por fogaréis.

No interior, de nave única coberta por abóbada de berço, os muros apresentam silhar de azulejos tendo por temática a vida da Virgem. No lado do Evangelho reconhece-se sob o coro-alto (adossado à face interna do alçado principal) o acesso à capela baptismal, um espaço quadrangular coberto por abóbada concheada e possuindo altar de mármore. Ainda no lado do Evangelho reconhece-se um altar de talha dourada e um púlpito com base circular de cantaria e balaústres, enquanto do lado da Epístola se observa um altar tipologicamente afim. Ladeando o arco triunfal são visíveis dois altares de talha dourada.

**Fotografia 14: Vista aérea sobre a Igreja Paroquial de N. Sr.ª da Assunção**



**Fotografia 15: Fachada principal da Igreja Paroquial de N. Sr.ª da Assunção**



**Fotografia 16: Interior da Igreja Paroquial de N. Sr.ª da Assunção**



**Fotografia 17: Altar da Igreja Paroquial de N. Sr.ª da Assunção**



Na capela-mor, rectangular e coberta por abóbada de berço, os muros laterais apresentam num primeiro nível lambril de azulejos figurando jogos infantis e num segundo nível revestimento a talha dourada. Destaca-se, no muro de topo, o retábulo de talha dourada organizado em torno de uma composição pictórica tendo por tema a Assunção da Virgem.

Quinta e Palácio de Nossa Senhora da Piedade (IIP) (Póvoa de Santa Iria) – Palácio Rural de arquitectura civil residencial, pombalina e capelas de arquitectura religiosa, manuelina e barroca. O conjunto integra uma quinta

de planta irregular (cujos extensos terrenos parcialmente murados ocupam uma secção da colina, desenvolvendo-se em terraços escalonados cuja organização é feita segundo eixos ortogonais Nordeste-Sudoeste e Noroeste-Sudeste) com os edifícios nela situados, um palácio e várias construções anexas, um oratório, a capela do Senhor Morto e a igreja de Nossa Senhora da Piedade, na periferia imediata.

O eixo Nordeste-Sudoeste liga os dois principais pórticos de entrada da quinta, estabelecendo-se como eixo de simetria organizador do palácio, sob o qual passa, em galeria abobadada. Do eixo Noroeste-Sudeste, que, a partir da ligação com o anterior, permite a distribuição pelos vários sectores agrícolas (de cultivo e pasto) e de lazer (jardins dotados de fontes, grutas e tanques) da quinta, tem origem um percurso articulando sucessivamente os três edifícios religiosos.

De planta em U, ocupando um dos lados de um terreiro pentagonal irregular no extremo Nordeste da propriedade, para o qual se prolongam os braços extremos, o edifício principal (palácio) desenvolve-se em dois pisos, apresentando volumetria uniforme, sendo a cobertura efectuada por telhados de três e quatro águas, articulados nos ângulos. O edifício acusa a passagem do eixo Nordeste-Sudoeste pelos destaques em planta e em tratamento arquitectónico conferido aos corpos centrais de cada um dos alçados, cuja animação se efectua pelo rasgamento de janelas de peito e portas, ao nível do piso térreo, e janelas de sacada, no andar nobre.

Um segundo edifício (primitivo oratório) de planta sensivelmente quadrada, apresenta volumetria escalonada, sendo a cobertura efectuada por telhados articulados de duas e três águas, reconhecendo-se, ainda, uma cúpula com remate cónico. No seu alçado principal, a Oeste, destaca-se o portal de cantaria, em arco trilobado (cuja verga se apresenta decorada com rosetas e um sol relevados), e é rematado em frontão triangular. A construção prolonga-se para Sul, reconhecendo-se integrada no muro uma lápide contendo inscrição alusiva à fundação do oratório encimada por pedra de armas, sendo o remate efectuado por beirado acima do qual se eleva um pequeno pano sineiro. No interior merecem menção alguns lambris de azulejos figurando cenas galantes (azuis e brancos) e cenas bíblicas (polícromos). Uma pequena capela, com o orago do Senhor Morto, apresenta planta rectangular, sendo o seu volume paralelepípedo coberto por um telhado a três águas. A fachada Noroeste, integralmente revestida a azulejos azuis e brancos historiados, é vazada apenas por um óculo que permite a visualização do interior, ocupado por grupo escultórico constituído por representações de Cristo Morto e três figuras femininas. O alçado lateral Nordeste apresenta revestimento azulejar tipologicamente idêntico ao da fachada e possui a única porta de acesso ao interior, em cujo intradorso dos pés-direitos são visíveis figuras infantis de convite, também em azulejo.

A Igreja de Nossa Senhora da Piedade, de planta longitudinal e volumetria paralelepípedica coberta por telhado de duas águas, apresenta uma torre sineira, de secção quadrangular e cobertura piramidal com fogaréis nos acrotérios. O alçado principal, a Sudoeste, é animado pelo rasgamento do portal, sobrepujado por frontão interrompido por duas janelas rectangulares. O interior, de nave única, apresenta os muros revestidos por

painéis azulejares tendo por tema cenas da vida da Virgem. Na capela-mor, rectangular e coberta por abóbada de berço, destaca-se o retábulo, de talha dourada, com colunas de capitéis coríntios suportando um frontão interrompido sobrepujado por duas figuras femininas. Adossadas ao muro lateral, Noroeste, da igreja, reconhecem-se várias construções apenas de piso térreo.

**Fotografia 18: Portão de entrada da Quinta das Maduras**



**Fotografia 19: Edifício Central da Quinta das Maduras**



**Fotografia 20: Fachada principal da capela da Quinta das Maduras**



**Fotografia 21: Poço da Quinta das Maduras**



**Fotografia 22: Jardim da Quinta das Maduras**



Fonte: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais

Quinta das Maduras (IIP) (Vialonga) – De arquitectura civil residencial barroca e rococó, construída no século XVIII, é actualmente uma quinta com exploração agrícola. De planta rectangular e volumetria paralelepípedica, o edifício apresenta cobertura efectuada por telhado a quatro águas. Desenvolve-se em dois pisos separados por cornija. O alçado principal animado pela abertura a ritmo regular de janelas de peito com emolduramento simples de cantaria, que no piso térreo surgem guarnecidas por avental de azulejos padronados (azuis, brancos e amarelos). Panos de muro nos quais se abrem portões de acesso à propriedade, prolongam lateralmente o corpo principal.<sup>4</sup>

Pelourinho de Alverca (Alverca do Ribatejo) – De plataforma com quatro degraus octogonais escalonados, de base cilíndrica com anéis, superiormente facetada, tomando forma oitavada côncava, de secção estrelar. Possui capitel prismático octogonal decorado inferiormente com quatro cabeças de anjo segurando cada uma na boca duas alcachofras, intercaladas superiormente por quatro escudos contendo: esfera armilar, castelo de três torres, brasão real encimado por coroa e mascarão com cartela contendo data inscrita de 1530.

Pelourinho de Alhandra (Alhandra) – Já não se encontra no local original, estando depositado num pátio pertencente à Junta de Freguesia. É composto por base prismática quadrangular com losangos lisos, relevados, inscritos em molduras, nas quatro faces. De fuste cilíndrico com dois tambores (o inferior estriado e o superior liso), separados por toro.

### 3.2.3 Imóveis de Interesse Municipal

- Capela de Santa Eulália (Ruínas) (IIM, Decreto n.º 28/82, DR n.º 47, 26 de Fevereiro de 1982)
- Palácio do Farrobo (Ruínas) (IIM, Decreto n.º 29/84, DR n.º 145, 25 de Junho de 1984)
- Igreja do Mártir Santo São Sebastião (IIM, Decreto n.º 45/93, DR n.º 280, 30 de Novembro de 1993)
- Conjunto Edificado do Pátio das Areias – Quinta das Areias (IIM, Despacho n.º 5629/05, DR n.º 172, apêndice n.º 123, II Série, 7 de Setembro de 2005).

Capela de Santa Eulália (Ruínas) (IIM) (Vialonga) – Capela rural de arquitectura religiosa quinhentista e barroca. De planta longitudinal, composta pela justaposição axial de nave e capela-mor rectangulares, de que resulta uma volumetria sensivelmente paralelepípedica, sendo a cobertura diferenciada em telhados de duas e três águas, possui uma fachada principal, precedida por galilé alpendrada suportada por colunas, que é animada pela presença do portal, encimado por janela com emolduramento de cantaria, e rematada por frontão com formas helicoidais, à esquerda do qual se reconhece um pequeno pano sineiro. No interior, a nave única apresenta cobertura em tecto de madeira de três faces e a capela-mor abóbada, de aresta de dois tramos em cujos panos se reconhece pintura ornamental e com bocetes esculpidos. Na capela-mor, à qual se acede por um arco triunfal de volta inteira em cantaria, destaca-se ainda o retábulo, de talha dourada, lateralmente com colunas salomónicas e atlantes suportando as arquivoltas do vão do camarim.

**Fotografia 23: Altar da Capela de Santa Eulália**



Fonte: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais

Palácio do Farrobo (Ruínas) (IIM) (Vila Franca de Xira) – Palácio rural de arquitectura civil residencial, ecléctica, do século XIX. De planta longitudinal rectangular, com o corpo central e os corpos extremos avançados, o edifício desenvolve-se em dois pisos, apresentando volumetria compósita, já sem qualquer cobertura. No alçado principal, a Sudeste, destaca-se o corpo central constituído por duas torres de secção quadrada e três andares, rematadas em platibanda, enquadrando uma loggia ao nível do piso nobre, na qual convergem duas escadas, de dois lanços rectos desenvolvidos paralelamente ao plano da fachada. A animação dos alçados efectua-se pelo rasgamento de janelas de peito no piso térreo e de sacada no andar nobre. No alçado posterior reconhece-se a

caixa murária, paralelepípedica, do antigo teatro, articulado com o edifício principal através de uma passagem ao nível do piso nobre.

**Fotografia 24: Ruínas do Palácio do Farrobo - Arcadas**



**Fotografia 25: Ruínas do palácio do Farrobo - Arco**



**Fotografia 26: Ruínas do Palácio de Farrobo - Portão**



Fonte: Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais

Igreja do Mártir Santo São Sebastião (IIM) (Vila Franca de Xira) - De planta composta por dois rectângulos justapostos (nave única e capela-mor), o edifício apresenta volumetria paralelepípedica escalonada, sendo a cobertura efectuada por telhados diferenciados de duas águas. O alçado principal, a Sudoeste, é animado por portal de verga recta destacada encimado por janela rectangular e rematado por frontão mistilíneo vazado por óculo e encimado por cruz. A fachada é lateralmente delimitada por cunhais de cantaria rematados por pináculos. No alçado lateral Sudeste da nave abre-se porta rectangular com emolduramento calcário simples encimada por cruz, tendo a capela-mor uma janela quadrada e apresentando cunhais de cantaria. Tangente ao cunhal Este da capela-mor, num pano de muro côncavo, compartimentado verticalmente em cinco painéis por pilastras lisas rebocadas, reconhece-se uma fonte constituída por tanque moderno semi-circular (adossado à parte inferior do painel central) sobre o qual se observa uma estela calcária ostentando uma representação das armas de Portugal encimada pela coroa real, ladeada por uma esfera armilar (esquerda) e por um castelo (direita). O interior do templo apresenta cobertura por tecto de madeira, de três faces, tanto na nave como na capela-mor (separadas por arco triunfal de volta inteira), e nele há a destacar: o

**Fotografia 27: Fachada principal da Igreja do Mártir Santo São Sebastião**



Fonte: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais

coro-alto, adossado à face interna do alçado principal, com guarda de madeira e apoiado em duas colunas marmoreadas; um púlpito, de base quadrangular, no muro lateral esquerdo, e o retábulo do altar-mor, de madeira pintada e dourada, ostentando a imagem do orago no nicho central, ladeada por figurações de um santo franciscano e de Santa Luzia.

Conjunto Edificado do Pátio das Areias – Quinta das Areias (IIM) – Esta área da Quinta das Areias corresponde à área habitacional da quinta na sua origem. Mais tarde, com a construção de uma série de edifícios de apoio às actividades agrícolas exercidas na quinta, a zona habitacional utilizada pelos proprietários, passa a ser ocupada, com a mesma função pelos seus criados e rendeiros. O conjunto integra várias zonas edificadas com diferentes funções e tipologias, distribuídas por três alas: ala Sul – inclui o antigo picadeiro, o lagar, o escritório e a zona habitacional de origem da quinta, com capela privativa; ala central – constituída por vacarias; ala Norte – abrangendo cavaliariças, vacarias e zona de quartos dos assalariados rurais. A actual Quinta das Areias tem a sua origem no século XVIII, na área (que se pretende classificar) designada por Pátio das Areias, através da figura de José Pereira Palha Blanco. A fundação desta quinta, de feição claramente agrícola, está associada a um período em que esta actividade conhece um óbvio florescimento agrário na região. Este facto deve-se à forte ligação às Lezírias e ao capitalismo agrário protagonizado pela própria família Palha Blanco.

#### **3.2.4 Zona Especial de Protecção**

- ZEP conjunta da Quinta da Fábrica, do Pelourinho de Povos e do Monte do Senhor da Boa Morte (Portaria n.º 1622/06, DR n.º 191/06, II Série, de 3 de Outubro de 2006);
- ZEP Celeiro da Patriarcal (Despacho do Ministro da Cultura de 29/5/2003);
- ZEP da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Purificação das Cachoeiras (Despacho do Ministro da Cultura de 12/6/2007).

### **3.3 IMÓVEIS EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO**

- Igreja Matriz de Nossa Senhora da Purificação das Cachoeiras (Despacho de 6 de Julho de 1994)
- Monte do Senhor da Boa Morte (Despacho de 6 de Junho de 1994)
- Quinta da Fábrica (Despacho de 12 de Novembro de 2001)
- Celeiro da Patriarcal (Despacho de 31 de Maio de 2002)
- Reduto da Serra do Formoso (Despacho de 15 de Setembro de 2005);
- 1º Forte da Subserra ou Forte Velho (Despacho de 15 de Setembro de 2005);
- Bateria Nova da Subserra (Despacho de 15 de Setembro de 2005);
- Reduto 2º da Subserra (Despacho de 15 de Setembro de 2005);

- Reduto do Casal da Entrega ou Forte 3º da Suberra (Despacho de 15 de Setembro de 2005);
- Reduto Novo da Costa da Freira ou Forte de S. Francisca Loura (Despacho de 15 de Setembro de 2005);
- Forte dos Sinais ou Reduto do Moinho Branco (Despacho de 15 de Setembro de 2005);
- Reduto Novo da Serra do Formoso (Despacho de 15 de Setembro de 2005);
- Forte 1º da Calhandriz ou Forte das Bragadas (Despacho de 15 de Setembro de 2005);
- Forte da Agueira (Despacho de 15 de Setembro de 2005);
- Forte da Portela Grande (Despacho de 15 de Setembro de 2005);
- Forte da Portela Pequena (Despacho de 15 de Setembro de 2005).

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Purificação das Cachoeiras – De arquitectura religiosa maneirista e barroca (séculos XVII/XVIII), esta igreja paroquial rural apresenta uma planta longitudinal composta pela justaposição de dois rectângulos (nave e capela-mor). O edifício apresenta volumetria escalonada, sendo a cobertura diferenciada efectuada por telhados de uma, duas e três águas e em domo. Em reboco pintado, o edifício apresenta alçado principal delimitado por pilastras de cantaria de aparelho rusticado, visível ao nível da metade inferior. Vazado a eixo por portal de verga recta destacada com emolduramento simples de cantaria, o portal é encimado por ornamentação escultórica em estuque caracterizada por forma cartelar de feição com as letras AM, ladeada por duas janelas de peito rectangulares. O edifício é superiormente rematado por cornija, acima da qual se eleva ao centro, pano de muro curvo animado por estuques policromados, ladeado por paramento recortado a terminar em aletas, o conjunto é delimitado por pináculos. Reconhece-se adossado ao alçado principal, do lado esquerdo, a presença de uma torre sineira com os cunhais em aparelho de cantaria de efeito rusticado, de planta quadrada, apresenta ao nível do remate do corpo descrito, quatro ventanas sineiras sobrepujadas por cúpula hemisférica a incorporar relógio, animado por pináculos nos acrotérios.

O interior do templo apresenta nave única, com cobertura em tecto de madeira de três panos, ornado com pintura sobre tábuas, reconhecendo-se muros revestidos por lambril azulejar setecentista de padrão e pintura de marmoreados. Reconhece-se a presença do lado da Epístola, de capela com pia baptismal quinhentista, e de púlpito de madeira ladeado por capela inscrita em arco de volta perfeita, delimitada por gradeamento em ferro forjado. Precede a capela-mor, o arco triunfal alteado em cantaria, delimitado por dois altares colaterais em talha dourada. Com cobertura em abóbada de nervuras animada por apontamentos ornamentais em pintura mural, a capela-mor apresenta panos laterais totalmente decorados por azulejos de padrão setecentistas, registando-se, do lado da Epístola, a existência de lápide tumular e porta de acesso à sacristia (onde se distingue um lavabo seiscentista em cantaria). No muro de topo, reconhece-se um retábulo em talha dourada composto por colunas de fuste torso animadas por pâmpanos, a inscrever camarim albergando trono, sobrepujado de coroa suportada

por anjos. Complementam o altar, figurações escultóricas de São Francisco, São Sebastião, Nossa Senhora da Conceição e São Pedro.

**Fotografia 28: Igreja Matriz de Cachoeiras - Azulejos**



**Fotografia 29: Fachada principal da Igreja Matriz de Cachoeiras**



**Fotografia 30: Altar da Igreja Matriz de Cachoeiras**



Fonte: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais

Monte do Senhor da Boa Morte (Vila Franca de Xira) – Conjunto arquitectónico que inclui a capela, a habitação islâmica, sepulturas, a muralha e as ruínas do solar. Constitui um sítio com locais de povoamento, necrópoles medievais, um santuário onde se encontra uma capela dos séculos XVI-XVII, dedicada ao Senhor da Boa Morte, e ruínas de um solar dos séculos XVI a XVIII, pertencente à família dos Ataíde, condes da Castanheira.

Quinta da Fábrica (Povos, Vila Franca de Xira) – É uma unidade pioneira do fabrico de curtumes em Portugal, da primeira metade do século XVIII. Aí se fundou a Real Fábrica da Atanados da vila de Povos, por iniciativa de João Mendes de Faria, tornando-se uma afamada manufactura do tempo de D. João V, onde chegaram a trabalhar técnicos de origem inglesa, para além de oficiais do Ribatejo, contratados segundo a lógica da manufactura orgânica.

Celeiro da Patriarcal (Vila Franca de Xira) - Conjunto constituído pelo Celeiro da Patriarcal, imóvel anexo à fachada posterior, pátio e portal de entrada. De planta rectangular, o edifício apresenta volumetria paralelepipedica, sendo a cobertura efectuada por telhados a duas águas. O edifício, com pano de muro em reboco pintado e pequeno soco em cantaria, também presente nas pilastras que o delimitam lateralmente, compõe-se de apenas um piso, apresentando porta a eixo, localizada num pano de muro revestido com placagem de cantaria, vazado por arco abatido com chave relevada, onde se inscreve.

Lateralmente, regista-se a abertura de dois vãos com emolduramento simples em cantaria e verga ligeiramente curva, correspondentes a fenestraçãoes, que consistem em janelas de peito de guilhotina com malheiro em ferro forjado. O conjunto é sobrepujado por frontão triangular com medalhão oval em cantaria no tímpano, ornado com elementos vegetalistas na reserva, que se articula com o entablamento através de enrolamentos relevados no mesmo material. O alçado posterior apresenta uma organização idêntica ao principal. No interior reconhecem-se três naves, com cobertura em abóbada de berço à mesma altura, sendo a central de menores dimensões e separada das laterais por 10 pilares de secção quadrada. Os muros laterais apresentam-se ritmados por contrafortes.

### 3.4 OUTROS IMÓVEIS COM INTERESSE

Tendo em atenção o PDM em vigor, os inventários efectuados pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o trabalho realizado pela equipa do Museu Municipal, foram identificados alguns imóveis que se consideram possuir algum valor patrimonial, devendo, por isso, ser preservados. Alguns destes imóveis possuem linhas marcadamente urbanas, outros são de feição mais rural, mais ligada à propriedade. Estes imóveis são exemplos de:

- Arquitectura Religiosa;
- Arquitectura Civil;
- Arquitectura industrial;
- Património Militar.

#### 3.4.1 Arquitectura Religiosa

Para além dos imóveis que se encontram classificados ou em vias de classificação, salientam-se desde já alguns exemplos que constituem importantes testemunhos da Arquitectura Religiosa do Concelho de Vila Franca de Xira.

Igreja de S. Sebastião de Alpriate (Vialonga) – Capela rural de arquitectura religiosa barroca, séculos XVII/XX. De planta rectangular, o edifício apresenta volumetria escalonada, sendo a cobertura efectuada por telhados diferenciados de duas e três águas. O alçado principal apresenta-se precedido de galilé, vazada nos três alçados por tripla arcaria de volta perfeita (nos alçados laterais o arco a eixo é em asa de cesto) suportada por colunelos de cantaria. Adossado ao alçado principal, reconhece-se pano sineiro em cantaria, de aparelho em isódomo. Com acesso ao interior, por portal de verga recta destacada em cantaria, este caracteriza-se por nave única com abertura de duas janelas de peito para iluminação, e cobertura em tecto de madeira de três panos. Separada por cancelo de madeira, reconhece-se do lado da Epístola a capela de São Pedro, com cobertura em abóbada de aresta, observando-se, nos muros laterais, lambriel azulejar do tipo tapete e no de topo retábulo com pintura a

óleo de temática alusiva à invocação e uma pia baptismal. Ainda na nave observa-se o coro-alto, adossado à face interna da fachada e guarnecido de balaustrada em madeira. A capela-mor, precedida de arco triunfal de volta perfeita assente em colunas de fuste facetado, apresenta planta quadrada e cobertura em abóbada de canhão. Ostenta pano de muro lateral, animado por uma porta encimada por janela de peito rectangular e retábulo, em talha dourada e pintada, vazado por camarim albergando trono.

Ermida de S. João Baptista (Castanheira do Ribatejo) – Ermida fundada no século XVI pelo Conde da Castanheira.

Ermida de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Tojo (Castanheira do Ribatejo) – Antiga ermida, hoje em ruínas.

Igreja da Misericórdia (Vila Franca de Xira) – De arquitectura religiosa barroca, apresenta planta longitudinal composta pela justaposição de dois rectângulos (nave e capela-mor), o edifício apresenta volumetria paralelepipedica, sendo a cobertura efectuada por telhado a três águas. A fachada principal a Sudeste, composta por dois corpos separados por pilastras de cantaria, dos quais se destaca o principal a Nordeste, - rasgado a eixo, por portal de verga recta com emolduramento simples de cantaria, sobrepujado de ática triangular interrompida por cruz ao centro. O portal é encimado ao nível do remate, por nicho em cantaria ladeado por duas janelas de peito de guilhotina com emolduramento simples de cantaria. Corpo superiormente rematado por cornija, acima da qual se eleva pano de muro sobrepujado por ática com cruz a eixo, vazado ao centro por óculo e articulado nos extremos por aletas e pináculos. O corpo estreito que o ladeia ostenta remate superior de perfil recortado e ventana sineira a preceder a cornija. Os alçados laterais são vazados por janelas iluminantes.

No interior, de nave única coberta por tecto de madeira, com emblema da Misericórdia ao centro, precedido de cornija, apresenta muros decorados com silhares de azulejos monocromos com cenas alusivas às 14 Obras da Misericórdia (sete corporais e sete espirituais) e por cinco composições pictóricas a óleo sobre tela, tendo por tema cenas da vida de Cristo. Presença de púlpito do lado do Evangelho com guarda animada por marmoreados e de cadeiral de madeira, do lado da Epístola. Adossado à face interna da fachada, coro-alto com guarda contracurvada de madeira em balaustrada.

No presbitério, delimitado por painéis de madeira, além do altar-mor, reconhecem-se dois altares colaterais em madeira entalhada e dourada. Precedida de arco triunfal de volta perfeita em cantaria, a capela-mor, de planta rectangular e cobertura em abóbada de berço animada por decoração em estuque, apresenta muros animados por painéis azulejares monocromos representando, do lado da Epístola, A Visitação, e do lado do Evangelho, Nossa Senhora da Misericórdia. No muro de topo, o retábulo, de talha dourada, lateralmente delimitado por colunas salomónicas (ornamentadas com pássaros e frutos) apresenta-se vazado por camarim a albergar trono, no qual se reconhecem três figuras de um Calvário. Acede-se pelo lado da Epístola à sacristia, de planta

rectangular e tecto plano de madeira, ostenta muros revestidos com lambril azulejar monóculo e nicho em cantaria sobre o arcaz. No lado do Evangelho, reconhece-se uma capela em arco de volta perfeita dedicada ao Senhor dos Passos.

#### Igreja de S. Vicente (Vila Franca de Xira)

Ermida de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> de Alcamé (Lezíria) (Vila Franca de Xira) – Edifício de meados do século XVIII, da autoria de José Manuel de Carvalho e Negreiros, foi mandado construir pelo 1.<sup>o</sup> Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida. Possuía como motivo de notável interesse o retábulo-mor, dedicado a Nossa Senhora da Conceição, infelizmente furtado em Agosto de 1999.

Ermida de S. José (Vila Franca de Xira) – Templo contemporâneo da Ermida de Alcamé, de que constitui uma réplica pobre, tendo tido inclusive o mesmo Mecenas.

#### Ermida de Nossa Senhora da Esperança (Vila Franca de Xira)

#### Igreja Matriz de S. João Baptista (Alhandra)

Ermida de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição do Portal (Alhandra)– De arquitectura religiosa barroca, o edifício possui planta rectangular e apresenta volumetria escalonada, sendo a cobertura efectuada por telhados a duas águas. O edifício, com muros em reboco pintado, exhibe alçado principal a Sudoeste, composto por três corpos, reconhecíveis pela diferenciação do remate e pela organização da fachada.

Regista-se o corpo axial animado ao centro por uma janela de peito de verga curva, com emolduramento simples de cantaria e remate superior em pano de muro de perfil contracurvado articulado a eixo por pano de ventana sineira. Nos corpos laterais, reconhece-se, a Oeste, um portal de verga curva com emolduramento simples de cantaria, pelo qual se acede ao interior do templo, e remate superior marcado por empena triangular acentuada por cornija, com cruz ao centro; a Este destaque para uma janela análoga à do corpo central e para o remate, idêntico ao do corpo a Oeste.

O interior, marcado por uma disposição transversal à que se reconhece no exterior, apresenta nave única de planta rectangular e cobertura em tecto de madeira de três panos, podendo reconhecer-se no alçado a Oeste, a presença de coro-alto com guarda em balaustrada de madeira, adossado à face interna do mesmo, e no muro oposto, a integração de retábulo de madeira entalhada dourada e pintada, com nicho a albergar a figura de Nossa Senhora da Conceição inscrito em arco quebrado superiormente articulado com cornija sobrepujada por dois anjos tenentes em madeira.

Antigo Convento de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> dos Anjos (Sobralinho) – Convento de frades capuchos da Província de Santo António, fundado no século XVII, por Francisco de Sousa, e do qual existem ainda vestígios arquitectónicos.

Igreja Matriz de S. Pedro (Alverca do Ribatejo) – Igreja de três naves, cujo espólio móvel data do século XVIII, retábulo, pinturas e estuque do tecto, à excepção do conjunto azulejar (seiscentista) com cenas da vida de São Pedro, de que se destaca a “libertação de São Pedro pelo Anjo”.

Ermida de S. Clemente (Alverca do Ribatejo) – Templo rural de finais do século XVI, constituído por nave única e galilé. Possui, no seu interior, azulejos do século XVII, ao nível da capela-mor, uma pia de água benta quinhentista e várias lápides funerárias.

Ermida de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Piedade (ADARSE - Alverca do Ribatejo) - Pequeno templo rural de uma só nave, construído no século XVII. Possui galilé recuperada em cujo chão são visíveis lápides sepulcrais epigrafadas.

Igreja Matriz de S. Marcos (Calhandriz) – Reconstruída após o terramoto de 1755, o templo apresenta uma característica traça setecentista. São de ressaltar, no seu interior, a imagem de São Marcos (século XVIII), uma tela representando N. Sr.<sup>a</sup> da Assunção, do mesmo período, e o altar-mor com talha dourada e policromada.

Ermida de S. Romão (São João dos Montes) – Ermida com azulejaria interior do século XVII.

Capela de S. José de Subserra (São João dos Montes)

Igreja Matriz e Cemitério (São João dos Montes) – Igreja fundada no século XIII. O edifício actual data do século XVI. Existem cabeceiras de sepulturas medievais reaproveitadas. No cemitério existe um conjunto de lápides funerárias do século XIX.

Convento da Casa Nova (Vialonga) – conjunto muito arruinado, que já foi designado por Convento de Nossa Senhora do Amparo. Foi construído no século XV, possui instalações utilitárias e equipamentos de lazer, incluindo mãe-de-água, jardins e alguns elementos arquitectónicos dispersos. Tendo sido originalmente um convento de frades franciscanos, fundado em 1546, por D. Pedro de Alcáçova Carneiro, este espaço sofreu construções e modificações posteriores, séculos XVII-XIX. Destas intervenções restam alguns vestígios, dado que foi alvo de nova reconstrução, em 1961, que o salvou da ruína, aquando da adaptação a quinta com casa de habitação.

Capela de Santo António (Vialonga)

Capela N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Guia (Alhandra) – Capela de arquitectura religiosa maneirista e barroca. De planta rectangular, o edifício apresenta volumetria paralelepípedica, sendo a cobertura efectuada por telhados a duas águas. Em posição recuada relativamente ao eixo viário em que se implanta, o edifício é precedido por pequeno átrio delimitado por muros articulados com pilastras de cantaria superiormente rematadas por pináculos. Apresenta o alçado principal a Sudoeste, rasgado a eixo por portal de verga recta destacada em cantaria encimado por janela de peito iluminante, que precede o remate da fachada, em empena triangular. O interior, de

planta longitudinal composta pela justaposição de dois rectângulos (nave e capela-mor) apresenta nave única com cobertura em tecto de madeira de três panos e muros animados por silhar de azulejos monocromos enxequetados, datáveis do século XVII. Precede a capela-mor, arco triunfal de volta perfeita em cantaria, ladeado por dois baldaquinos em talha dourada e pintada a albergarem as figurações escultóricas em madeira, de Nossa Senhora da Conceição e de Cristo Crucificado. Na capela-mor, com cobertura em abóbada de berço, destacam-se os lambris azulejares de tapete (século XVII) que revestem os muros laterais.

Igreja da Misericórdia (Alverca do Ribatejo) – De arquitectura religiosa barroca e civil oitocentista. Igreja de construção posterior, adaptado actualmente a centro de dia. De planta longitudinal composta pela justaposição de dois corpos rectangulares, o edifício apresenta volumetria paralelepípedica, sendo a cobertura efectuada por telhados a duas águas. A fachada principal, a Este, delimitada por cunhal de cantaria, compõe-se de dois corpos, dos quais se destaca o orientado a Sul (correspondente à capela). Este corpo apresenta-se rasgado a eixo, por um portal com emolduramento simples de cantaria sobrepujado de entablamento, por sua vez, encimado por janela iluminante de verga recta destacada. A fachada superiormente rematada por pano de muro triangular acentuado por cornija, com beiral. O corpo a Norte (correspondente ao edifício civil), ostenta fachada envidraçada coincidente com os dois pisos do edifício, e escadaria de acesso ao 1º andar. É também rematado por cornija com beiral, acima da qual se eleva a Sul, ventana sineira. No alçado lateral Sul, destaca-se porta, sobrelevada relativamente ao nível do pavimento, de verga curva, inscrita em emolduramento de cantaria, de aparelho de junta fendida, sobrepujada por frontão triangular, é superiormente delimitada por janelas, duas iluminantes com emolduramento simples de cantaria e verga recta destacada.

Capela das Conchas (Vialonga)

Igreja de S. Francisco (Portal) (Alhandra)

Igreja dos Pastorinhos (Alverca do Ribatejo)

### 3.4.2 Arquitectura Civil

A Arquitectura Civil está representada por diversos imóveis, cuja existência atesta a importância que alguns núcleos tiveram no passado. Foram, também, identificadas e cartografadas, diversas fontes, pela sua antiguidade, ou pela sua tipologia, que se consideram mais ilustrativas dos sistemas de abastecimento de água que serviram o concelho ao longo dos tempos. Destacam-se assim os seguintes imóveis:

Cais da Vala do Carregado (Castanheira do Ribatejo) – Construído no século XIX, este cais servia de via de penetração para as zonas de Castanheira e Alenquer e registou assinalável movimento até meados do século XX: numa primeira fase, servindo a fábrica de cerâmica aí existente, numa segunda, que terminou sensivelmente na década de sessenta, o transporte de vinhos. Além da função piscatória que ainda se mantém, o cais da Vala

do Carregado servia também as lezírias, na outra margem, nomeadamente no transporte de pedra para os trabalhos de valagem.

Fonte de Santa Catarina (Castanheira do Ribatejo) – No interior da vila da Castanheira do Ribatejo, trata-se de uma estrutura rectangular abobadada, com tanque lateral. Possuiria originalmente um pequeno nicho onde estava inserida uma imagem de Santa Catarina, mais tarde substituído por um brasão da família dos Ataíde. A recuperação estrutural da fonte ficou concluída em Março de 2001. Está ainda prevista a valorização da sua envolvente.

Quinta das Areias (Castanheira do Ribatejo) – Quinta do século XIX, propriedade da família Palha, possui palácio, abegoarias, oficinas, hangares e arrecadações para máquinas agrícolas, lagares, celeiro, redondel e picadeiro. De imponente monumentalidade, destaca-se o palácio em estilo neogótico.

Quinta da Marquesa (da Esperança, de Góis) (Castanheira do Ribatejo) – Conjunto que remonta ao século XVI, propriedade no século XIX dos Marquesses de Abrantes. Possuía casa solarenga, quatro lagares, adega, nora e oficinas.

Quinta dos Fidalgos (Castanheira do Ribatejo)

Quinta de S. José do Marco (Castanheira do Ribatejo) – Propriedade particular da família Bobone. Conservam-se painéis de azulejo do século XVIII provenientes do Convento de Nossa Senhora de Suberra.

Celeiro do Infantado (Vila Franca de Xira)

Chafariz de Povos (Vila Franca de Xira) – Na extremidade sul da vila de Povos, freguesia de Vila Franca de Xira, tudo indica que este chafariz foi mandado executar pelos Congregados de S. Filipe de Nery, de Lisboa. Em blocos de lioz, esta estrutura bica e tanque é encimada pelo escudo de armas dos Ataíde (Condes de Povos e Castanheira). A sua valorização estrutural, a cargo da Junta de Freguesia, ocorreu entre Março e Maio de 2001.

Quinta do Bacalhau (Vila Franca de Xira) – Abrangendo uma construção do século XIX, rodeada por um interessante espaço ajardinado, esta quinta é a única existente no núcleo urbano da cidade de Vila Franca de Xira.

Praça de Touros Palha Blanco (Vila Franca de Xira) - De arquitectura civil contemporânea, de planta circular, o edifício apresenta volumetria cilíndrica escalonada, sendo a cobertura efectuada por telhados a uma e três águas. O edifício, em reboco pintado, ritmado por pilastras, apresenta três pisos dispostos de forma concêntrica (que ostentam sucessivamente menor diâmetro), articulados entre si por meio de escadarias exteriores contíguas aos alçados. Exibem abertura de vãos, de diferentes tipologias formais e dimensionais, maioritariamente definidos por verga curva ou recta em tijolo, a ritmo regular. Ao longo da fachada destaca-se o

lado Norte, parcialmente definido por pano de muro recto, no qual se reconhece o acesso principal, com dois portais de verga recta intercalados por pilastras e encimados por janelas de peito. O conjunto é sobrepujado por varanda, com guarda em ferro fundido, ao nível do 3º piso.

No interior exibe um recinto central, circular coberto com areia e vedado por cerca de madeira separada das bancadas por corredor. Ostenta bancadas, dispostas em círculo, superiormente rematadas por telheiro.

#### Chafariz do Alegrete (Vila Franca de Xira)

#### Mercado Municipal (Vila Franca de Xira)

Fonte de St.<sup>a</sup> Sofia (Vila Franca de Xira) – Fontanário do século XVII (1658), localiza-se na entrada de Santa Sofia, no limite oeste da cidade de Vila Franca de Xira. Uma inscrição em mármore faz alusão ao seu fundador, D. Jerónimo Henrique.

Fonte da Estrada do Farrobo (Vila Franca de Xira) – Implantada em ambiente rural, esta fonte localiza-se numa das extremidades da Quinta do Farrobo, junto à estrada que conduz à povoação de Loja Nova. Ainda são visíveis, próximo da estrutura da fonte, os vestígios do aqueduto que a abastecia.

#### Quinta de Cima (Vila Franca de Xira)

Quinta de Baixo (Vila Franca de Xira) – Quinta com casa de habitação solarenga, adega e oficinas, com vinha, pomar de espinho, seara de trigo e uma nascente de água. Propriedade de D. Maria Custódia Quintela, em meados do século XIX.

#### Quinta da Rosa (Vila Franca de Xira)

Quinta do Desterro (Vila Franca de Xira) – Propriedade da família Abreu de Lima, possuía casa, ermida de mesma invocação e locomóvel a vapor.

#### Quinta do Alto (Vila Franca de Xira)

#### Quinta de St.<sup>o</sup> André (Vila Franca de Xira)

#### Quinta de S. Rafael (Vila Franca de Xira)

#### Quinta da N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> dos Bairros (Vila Franca de Xira)

Quinta do Palyart (Vila Franca de Xira) – Propriedade do visconde de Assua, possui solar do século XIX, vinha e pomares de espinho e caroço.

#### Quinta da Carneira (Vila Franca de Xira)

Quinta do Paraíso (Vila Franca de Xira) – Propriedade dos Marquês de Abrantes, possuía casa apalaçada, celeiros, poço e nascente de água mineral, lagares e adega. Nele está actualmente instalado um infantário Piaget.

Quinta do Caldas (Vialonga)

Quinta dos Bichos (São João dos Montes) – Moradia rural, conservando ainda grande parte dos seus elementos primitivos.

Quinta dos Carvalhos (São João dos Montes)

Quinta do Repouso (São João dos Montes) – Pertencente à família Palmeira dos Barões da Regaleira, passou mais tarde para o negociante Caetano Tomás Pacheco. Possuía pomares, vinha e terras de cultivo de cereais e produtos hortícolas.

Ponte Antiga sobre a ribeira de Santo António (São João dos Montes)

Quinta da Calçada (Calhandriz)

Quinta Alegre (Calhandriz)

Quinta Nova do Campo (Cachoeiras) – Fundada no século XVI, pela Irmandade do Santíssimo Sacramento de Cachoeiras, incluía casa rural de habitação, lagar de vinho, celeiros, estábulos e armazéns.

Quinta da Granja (Cachoeiras) – Quinta construída no século XVI, propriedade do Duque de Palmela e seus descendentes, possuía palacete, capela, adega, lagar de vinho, currais e locomóvel a vapor.

Quinta das Covas (Cachoeiras) – A quinta engloba uma zona edificada (séculos XVIII – XIX), incluindo o edifício residencial, lagares de azeite e vinho e algumas outras construções anexas de carácter utilitário. A actual proprietária foi a responsável pelos trabalhos de recuperação efectuados neste conjunto, desde 1990, e pela sua reutilização no âmbito do turismo de habitação.

Quinta da Carnota de Baixo (Cachoeiras)

Cais de Alhandra (Alhandra) – Sendo o segundo cais mais importante da região de Vila Franca de Xira, foi muito utilizado como ponto de desembarque na Penetração para outras localidades mais interiores, nomeadamente pelos marquês de Suberra, nas suas deslocações entre a Quinta de Suberra e Lisboa. No início do século XX, este cais era ainda muito utilizado: através dele se fazia grande parte do tráfego da palha e de vinhos e cereais, não só da região, mas também de uma parte da Estremadura.

Fonte do Cabo da Vila (Alhandra)

Quinta da Cruz de Pau (Alhandra) – Construída em 1833 o espaço da quinta foi ocupado por uma urbanização recente, conservando o muro exterior com janelões barrocos.

Quinta Municipal do Sobralinho (Sobralinho) – O Paço do Sobralinho foi fundado no século XVII pelos condes de Vila Flor (depois duques da Terceira), ampliado e remodelado no século XIX, sendo o mais notável conjunto edificado do Sobralinho. Vítima de incêndio em 1944, foi posteriormente reedificado e ornamentado com magníficas colecções de arte. É propriedade da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, estando instalados no Palácio os serviços de Museus e Património.

Quinta do Bom Jesus (Sobralinho) – Conjunto setecentista constituído por edifício residencial, no qual está adossada capela, com azulejos de temática mariana, casas de caseiro, arrumos e palheiros. Propriedade do conde de Farrobo.

#### Fonte de Arcena (Alverca do Ribatejo)

Fonte do Choupal (Alverca do Ribatejo) – Implantada no interior da cidade de Alverca do Ribatejo, pertencia à propriedade de D. Luís de Portugal. Está-lhe associada a lenda da Fonte Santa, cujas águas se dizia possuírem características medicinais, curando a sarna, as impigens e todas as dermatoses de modo radical. Composta essencialmente por argamassa, possui cantarias e frisos bastante simples.

Fonte e Mina de S. Romão (Alverca do Ribatejo)– Construída em finais do século XVI, corresponderá à antiga Fonte de Nossa Senhora do Bom Sucesso, o último vestígio do desaparecido convento. O início dos trabalhos de recuperação ocorreu em Agosto de 2001.

#### Quinta das Drogas (Alverca do Ribatejo)

Quinta do Pinheiro (Alverca do Ribatejo) – Conjunto com características rurais, incluindo residência solarenga do século XVIII e pequena capela.

Quinta da Brandoa (Alverca do Ribatejo) – A sua fundação mais antiga remonta ao século XVIII. O conjunto edificado inclui solar (recuperado), ermida da invocação de Nossa Senhora do Pilar e lagar de azeite.

#### Quinta da Portela (Alverca do Ribatejo)

Cais da Póvoa de Santa Iria (Póvoa de Santa Iria) – Construído no século XIX, a sua importância prende-se sobretudo com a actividade piscatória. Actualmente é utilizado pelos pescadores avieiros.

Fontanário do Morgado da Póvoa (Póvoa de Santa Iria) – Monumento com brasão e inscrição em mármore paginada e gravada.

Quinta do Duque (Vialonga) – Conjunto neoclássico notável com capela, vasta zona de lazer, e jardins com labirinto. Pertenceu aos duques de Lafões.

Fonte da St<sup>a</sup> Eulália (Vialonga) – A Norte da povoação de Santa Eulália, foi construída no século XVIII (1753). Aluindo à aparição da Santa nesse local, uma lápide epigrafada, em forma de cartela e encimada por uma coroa de rosas e pela Cruz de Cristo, em pedra lioz, parece ser o único elemento a subsistir da fonte original. Os trabalhos de conservação e restauro nesta fonte foram concluídos em Julho de 2001.

Quinta do Buraco (Vialonga) – Quinta construída no século XVIII.

Quinta do Serpa (Vialonga) – Um pouco por toda a quinta, dos finais do século XVIII, são visíveis diversas alfaias agrícolas. O palácio, de planta alongada, possui dois registos, salientando-se nele a escadaria simétrica de dois lanços que dá acesso ao andar nobre e a pitoresca linha de mansardas. Para além da zona residencial, existem ainda edifícios anexos (lagar, adega e armazéns) atestando, uma vez mais, o carácter agrícola desta quinta.

Quinta da Boca da Lapa (Vialonga)

Quinta do Brasileiro (Vialonga) – Conjunto edificado nos séculos XVIII-XIX, propriedade dos Cunha Sottomaior, apresenta actualmente um edifício de dois andares e telhados de quatro águas, com três corpos ligados, a meio, por uma torre piramidal, de três pisos, sobrepujada por cata-vento. A longa fachada ostenta um grande número de janelas e conserva toda a cantaria. O portal nobre apresenta frontão triangular e é brasonado.

Quinta do Monteiro-Mor (Vialonga) – Edificado entre 1694 e 1835, actualmente está em ruínas. A degradação do palácio era já acentuada há várias décadas atrás, embora ainda hoje se mantenham, no pátio, certos espaços, modernizados, usados como habitação e oficina. A grandiosa e desventrada ruína, rodeada de silvas e ervas, apresenta, na fachada principal, o seu extenso frontão triangular. O acesso interior fazia-se por escadaria dupla, com patamar ao centro, onde se abria o portal, ladeado por duas cabeças de leão. As paredes internas mostram ainda alguns silhares de azulejo setecentista, de figuração geométrica. Para além do palácio, o conjunto possuía ainda uma zona de cultivo (com nora) e uma pequena fonte, para além de algum casario que servia de alojamento aos serviçais.

Celeiro (Capela) de Povos (Vila Franca de Xira)

Quinta Municipal de Subserra (São João dos Montes)

Marco do Morgado da Póvoa (Póvoa de Santa Iria)

Quinta do Cochão (Alverca do Ribatejo)

Museu do Neo-Realismo (Vila Franca de Xira) - Criado em 1990, a partir da actividade de um Centro de Documentação sobre o movimento neo-realista português, o Museu do Neo-Realismo começou por ser um projecto desenvolvido inicialmente em torno da área arquivística e bibliográfica. Com o enriquecimento e diversificação do seu património, foram-se desenvolvendo diversas colecções museológicas, com destaque para espólios literários e editoriais, arquivos documentais (impressos e audiovisuais), acervos iconográficos, obras de arte, bibliotecas particulares e uma biblioteca especializada na temática neo-realista.

### **3.4.3 Arquitectura Industrial**

O Concelho de Vila Franca de Xira possui um cariz fortemente industrial, tendo a presença da indústria condicionado, em grande parte, a forma de ocupação do território ao longo dos tempos, bem como a arquitectura. Existem, espalhadas por todo o Concelho, construções em utilização ou já devolutas, que se relacionam com a actividade industrial de que se destacam alguns imóveis ou conjuntos que, pelas suas características, constituem o património industrial do concelho.

O património industrial que a seguir se refere, constitui parte do inventário realizado pela equipa do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, salvaguardando-se, no entanto, que o estudo do património industrial com interesse ainda não está completo.

#### Matadouro Municipal (Vila Franca de Xira)

Bairro Fabril da *Cimpor* (Alhandra) – É constituído por núcleos que se desenvolvem em torno de um pátio no centro do qual se encontra o chafariz. Recria-se neste projecto, o ideal de uma pequena aldeia portuguesa, bem à medida dos valores defendidos pelo Estado Novo.

Bairro Fabril da *Pentealã* (Sobralinho) – Desenvolve-se numa área lateral à própria fábrica com acesso directo para a EN10. Este conjunto habitacional caracteriza-se por formar um pátio longitudinal ladeado por duas bandas de casas que repetem mimeticamente os módulos de janela/porta.

#### Bairro Fabril das OGMA (Sobralinho)

Moinhos de Vento do Casal dos Tojais (São João dos Montes) – Dentre as ruínas e as estruturas diversas dos engenhos deste tipo, na região de Vila Franca de Xira, este é, a par do Moinho de Subserra, dos que em melhor estado de conservação se encontram.

#### Moinhos do Forte de Subserra (São João dos Montes)

#### Moinhos de Santa Iria (Póvoa de Santa Iria)

#### Moinho do Serpa (Vialonga)

Moinhos de Maré de Adarse (Alverca do Ribatejo)

EPAC (Vila Franca de Xira)

#### **3.4.4 Património Militar**

Destaca-se como Património Militar o **Conjunto de Fortificações Militares das Linhas de Torres** pela sua importância histórico-militar, quer a nível concelhio, quer a nível nacional. Este conjunto é definido pelas fortificações, construídas entre 1809 e 1812, pelas tropas luso-britânicas que combatiam os exércitos napoleónicos, que a seguir se distinguem:

Bateria dos Melros ou Forte de Maria Joana (Alverca do Ribatejo)

Reduto das Sarnadas ou Reduto dos Dois Moinhos (Alverca do Ribatejo)

Reduto Chão de Oliveira ou Forte de Calhandriz (Alverca do Ribatejo / Calhandriz)

Forte 2º de Calhandriz ou Forte de Mato Cabeço ou Forte de Santa Catarina (Calhandriz)

Forte 3º de Calhandriz ou Forte do Casalado ou Forte do Cartaxo (Calhandriz)

Forte da Quintela Pequena (Forte da Casa)

Forte da Quintela Grande (Forte da Casa)

Forte da Casa da Serra de Albueira (Forte da Casa)

Forte da Arroteia (Forte do Cabo ou Forte Novo do Cabo da Serra de Albueira (Vialonga)

Monumento Comemorativo da Defesa das Linhas de Torres (Alhandra)

#### **3.4.5 Outros elementos patrimoniais**

Pela importância etnográfica e antropológica que assumem na identidade da região em geral, e do concelho de Vila Franca de Xira em particular, merecem ainda referência os elementos patrimoniais apresentados em seguida.

Aqueduto do Alviela e Aqueduto do Tejo – A relevância dos Aquedutos alicerça-se não só no seu interesse arquitectónico e nas suas singulares características construtivas, mas também no papel que assumem na evolução histórica do povoamento e das condições de vida das populações.

O concelho de Vila Franca de Xira é atravessado pelos Aquedutos do Alviela e do Tejo, que têm vindo a desempenhar uma importante função enquanto eixo de distribuição de água à cidade de Lisboa e concelhos limítrofes assumindo por isso um papel de destaque no contexto patrimonial do concelho.

O Aqueduto do Alviela, construído entre 1871 e 1880, foi o segundo grande aqueduto para abastecimento de água para consumo humano a ser construído em Portugal. Actualmente com cerca de 114km, tem início no concelho de Alcanena (nascentes dos Olhos de Água) e termina em Lisboa na Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos. Trata-se de uma construção em alvenaria de pedra que possui uma secção interior com 1,80m na zona mais alta e 1,20m na zona mais larga.

Este Aqueduto atravessa longitudinalmente todo o concelho de Vila Franca de Xira – tem início em Quintas (Castanheira do Ribatejo) e termina na Póvoa de Santa Iria, cruzando ao longo do seu percurso as freguesias de Vila Franca de Xira, Alhandra, Sobralinho, Alverca do Ribatejo e Forte da Casa. Em locais diversos possui troços aéreos, designadas Arcadas, com altura e extensão variáveis a que se recorria para fazer face às irregularidades orográficas do terreno.

A construção do Aqueduto do Tejo, betonado *in situ* ao longo de todo o seu traçado, iniciou-se em 1935 nos Olivais, em Lisboa, e terminou em 1940 na Várzea das Chaminés, concelho de Azambuja, apesar de inicialmente se encontrar prevista a sua extensão até à Barragem de Castelo do Bode. Possui 41,7km de extensão e uma secção interior de 2,50m.

Esta estrutura atravessa longitudinalmente o concelho, tendo início a Norte na Quinta da Marqueza (Castanheira do Ribatejo), terminando à semelhança do Aqueduto do Alviela na Póvoa de Santa Iria.

Este Aqueduto possui também alguns troços aéreos, neste caso designados Cavaleiros, dada a forma como está apoiado (cavalete).

Ambas estruturas encontram-se actualmente sob a responsabilidade da EPAL, S.A..

Salinas da Póvoa – Os primeiros registos de actividade salineira em Portugal datam do séc. X, embora se admita que esta exista desde períodos de ocupação romana. A exportação de sal português sedimenta-se durante o séc. XVI, e o Tejo e o Sado tornam-se os principais produtores nacionais. A partir de 1970 esta actividade conhece um crescente abandono, assistindo-se à destruição das salinas, em particular na bacia do Tejo, restando apenas em alguns locais as suas marinhas. No caso particular do concelho de Vila Franca de Xira a primeira referência à actividade salineira data de 1254 e refere-se às salinas de Alpriate.

As salinas da Póvoa (frequentemente designadas Salgados da Póvoa) integravam o antigo Morgado da Póvoa (instituído em 1348 e extinto em 1863), desempenhando a actividade salineira, em exploração desde meados do séc. XV, uma das principais fontes de rendimento do morgadio. Das salinas que outrora empregaram um

significativo número de trabalhadores do concelho já pouco chega aos dias de hoje. Na zona da Póvoa de Santa Iria esta indústria movimentou quatro salinas diferentes mas, actualmente, apenas se mantêm as situadas junto à fábrica da Solvay. Refira-se que em 1936, a então Soda Póvoa (unidade de produção de carbonato de sódio), instala uma secção para decomposição electrolítica do sal marinho proveniente destas salinas, passando a partir deste período a recorrer ao sal aí produzido.

Para além da sua importância enquanto exemplar identitário e marco da evolução histórica do concelho, as salinas desempenham ainda uma função relevante no contexto da biodiversidade constituindo o principal refúgio de avifauna na margem direita do Estuário do Tejo.

Avieiros – O Vale do Tejo conheceu, desde o séc. XIX, mas essencialmente a partir do início do séc. XX, fenómenos de migração sazonal de pescadores provenientes da Praia da Vieira (Leiria), os Avieiros, que durante o inverno se instalavam nas margens do Tejo para aí pescar peixes de água doce, fugindo assim à miséria que lhes era imposta pelos rigores do inverno no mar da costa atlântica. Aos poucos estes pescadores acabaram por se fixar na frente ribeirinha, instalando as suas comunidades um pouco por toda a margem do Tejo, desde a Chamusca até à Póvoa de Santa Iria.

As povoações que os Avieiros construíram consistiam em pequenas casas de madeira de construção pobre, erguidas sobre estacas, um pouco à semelhança dos palheiros existentes nas praias do litoral. Ainda é possível encontrar algumas destas habitações palafíticas nas margens do Tejo – no concelho de Vila Franca de Xira, ainda restam alguns exemplares na frente ribeirinha da Póvoa de Santa Iria.

Encontra-se em curso a apreciação da candidatura da cultura avieira a património nacional, promovida por diversas entidades e organismos.

Lojas – no concelho de Vila Franca de Xira, e em particular na sua sede, é ainda possível encontrar diversos exemplares bastante interessantes de um comércio tradicional que o passar dos anos e as mudanças sociais e económicas foram fazendo desaparecer. Trata-se não só de lojas que mantêm a traça original e característica de uma época, mas também de um vasto conjunto móvel – maquinaria, mobiliário, instrumentos, etc. – que mantêm viva uma memória a preservar. Os serviços da Autarquia procederam a um levantamento exaustivo destes elementos patrimoniais, encontrando-se o mesmo publicado.

Apesar dos elementos acima enunciados não se encontrarem identificados na Peça Desenhada que acompanha o presente documento, considera-se essencial que a salvaguarda, preservação e valorização destes elementos sejam equacionadas no âmbito das propostas de revisão do PDM.

#### 4. CONJUNTOS COM INTERESSE

Destacam-se alguns **Conjuntos** notáveis de imóveis arquitectónicos, que pela sua unidade, pela sua integração na paisagem ou pelo seu valor histórico, se julgam de suma importância. São, então, de referir, como detentores de bons exemplos da arquitectura tradicional e popular, assim como pela conservação de núcleos urbanos que apresentam ainda coerência original, no seu traçado e edificado.

Conjuntos edificados de cariz tradicional em Cachoeiras

Conjuntos edificados de cariz tradicional na Castanheira

Conjuntos edificados em Alhandra

Conjuntos edificados em Vialonga

Conjuntos edificados em Póvoa de Santa Iria

Conjuntos edificados em Alverca do Ribatejo

Conjuntos edificados em Calhandriz

Conjuntos edificados em Vila Franca de Xira

Conjuntos edificados em Povos

## 5. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

As considerações feitas a propósito do património construído aplicam-se, genericamente, também ao património arqueológico. No entanto, a inserção de uma parte exclusivamente dedicada ao património arqueológico visa, acima de tudo, evitar que o desenvolvimento se realize à custa da destruição das memórias do passado. O património arqueológico constitui uma mensagem viva, das comunidades desaparecidas no tempo, e como tal, a inserção dos valores arqueológicos, como herança cultural, é essencial no âmbito do ordenamento do território.

Os valores arqueológicos materializam-se em ruínas, objectos e fragmentos que jazem no solo. Uma vez daí retirados, embora salvaguardados e constituindo sempre um importante testemunho, perdem grande parte do seu valor enquanto conhecimento para o estudo e para a compreensão da evolução das sociedades humanas, passando apenas a peças de museu. Por este motivo, existe uma preocupação crescente em preservar os lugares onde se sabe, ou suspeita, que existam ruínas ou objectos arqueológicos.

O património arqueológico que a seguir se refere constitui parte do inventário realizado pela equipa do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, salvaguardando-se, no entanto, que o estudo do património arqueológico e a definição dos limites dos conjuntos arquitectónicos com interesse ainda não está completo.

### 5.1 SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

#### Terraço Quaternário da Castanheira (Castanheira do Ribatejo)

Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) - Habitat do Calcolítico e Idade do Ferro e das épocas romana e medieval – foram descobertos *tegulae*, ijolos de coluna, pesos de coluna, pesos de tear, cerâmica doméstica, uma lucerne e uma aplicação de mobiliário em bronze.

#### Estação Romana da Quinta do Borrecho (Vila Franca de Xira)

Gruta da Pedra Furada (Vila Franca de Xira) – Grutas naturais, parcialmente destruídas pelo conjunto de pedreiras do Monte Gordo. Numa delas realizou Hipólito Cabaço, em 1955, uma escavação arqueológica que permitiu identificar um espaço funerário colectivo e recolher furadores de osso, contas de cerâmica, xisto e pedra verde, lâminas de sílex com e sem retoque, micrólitos triangulares e pontas de base convexa e bicôncava em sílex, um machado de pedra polido e com secção subcircular, uma estatueta de roedor em osso e recipientes de cerâmica com decoração campiforme pontilhada ao estilo de Palmela, além de abundante espólio antropológico. Estes materiais conservam-se no Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

Estação Romana do Casal da Boiça (Vila Franca de Xira) – *Villa* romana onde foram descobertos vestígios de artefactos da época imperial, incluindo um denário de prata.

Estação Arqueológica Romana da Escola velha de Povos (Vila Franca de Xira) – *Villa* ocupada entre os séculos I e IV da nossa Era. Na zona escavada dentro do adro da escola, detectaram-se os vestígios de edifícios da área habitacional, com várias construções e horizontes de povoamento. Ao abandono do sítio corresponde um horizonte de destruição datado por muitas moedas, relacionável com as perturbações dos inícios do século V. Os materiais conservam-se no Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

Estação Pré-Histórica do Alto do Pinheiro (Sobralinho)

Vestígios do Castelo de Alverca (Alverca do Ribatejo) – Data do período Medieval Cristão.

Quinta do Moinho de Vento (Alverca do Ribatejo)

Antigo Convento de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Monte do Carmo (Alverca do Ribatejo) – Convento quinhentista de carmelitas calçados, também designado Convento de S. Romão, do qual se conserva apenas um antigo fontanário, abastecido por uma mina de água.

Terraço Quaternário de Alverca (Alverca do Ribatejo)

Estação Pré-Histórica da Ribeira da Póvoa (Póvoa de Santa Iria) – Estação arqueológica cortada pela auto-estrada do Norte. Recolheu-se um conjunto lítico (silex) de carácter *mustirense*, com presença de talha *levallois*.

Estação Pré-Histórica da Aquieira (entre o Forte e a Boca da Lapa) (Vialonga)

Convento de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> dos Poderes – Vestígios (Vialonga)

Estação Pré-Histórica do Monte de Serves (Vialonga) – Dólmen de corredor curto, com cobertura presumivelmente em falsa cúpula, cuja escavação foi dirigida por C.T. North Leitão, em 30 de Setembro e 1 de Outubro de 1972. É ainda referida por Veiga Ferreira uma construção de planta rectangular, localizada por ocasião dos levantamentos geológicos da folha de Loures.

Antigo Convento de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Suberra (Castanheira do Ribatejo) – Convento de freiras franciscanas, mandado construir por D. Fernando de Ataíde e sua mulher, D. Leonor, e instituído por bula papal em 15 de Agosto de 1520.

Vale de Santa Sofia (Vila Franca de Xira)

Quinta de Santo António de Bolonha (Póvoa de Santa Iria) – periodização incerta para a Necrópole, podendo esta pertencer a época do ferro, romano ou árabe.

Mouchão da Póvoa III (Vila Franca de Xira)

Mouchão da Póvoa II (Vila Franca de Xira)

Mouchão do Lombo do Tejo 2 (Vila Franca de Xira) – ânfora (Halterm 70), associada a mais ânforas e madeiras - presumível naufrágio. Informação oral precisa sobre o microtopónimo referido.

Mouchão do Lombo do Tejo 1 (Vila Franca de Xira)

Mouchão da Póvoa IV (Vila Franca de Xira)

Mouchão de Alhandra II (Vila Franca de Xira)

Quinta da Verdelha – Capela (Alverca do Ribatejo) – vestígios estruturais da capela quinhentista conhecida como Capela dos Milagres. Na envolvente foram detectados outros vestígios estruturais nomeadamente muros de delimitação da área em frente à capela bem como uma estrutura hidráulica (poço).

Forte da Arroiteia (Forte da Casa) – fortificação militar do início do século XIX, pertencente ao complexo defensivo denominado Linhas de Torres. Apresenta planta vocacionada para combates de piro balística.

Forte da Lapa (Vialonga) – fortificação militar em total estado de degradação. Faz parte do denominado sistema defensivo designado Linhas de Torres, construído entre 1810 e 1811 pelas tropas luso-britânicas, durante a resistência às invasões francesas.

Verdelha dos Ruivos – Pedreira do Casal do Penedo 2 (Vialonga) – gruta natural aberta em calcário mesosóico, ocasionalmente descoberta no decurso de uma lavra de uma pedreira. Identificaram-se 11 enterramentos, sobrepostos, ocupando pequena área do interior da cavidade; foram isolados três níveis principais de tumulações, todas campaniformes, cobertas por lajes calcárias. Dispõe de quatro datas de radiocarbono.

Casal do Penedo (Vialonga) – anta de corredor já destruída, situada junto de pedreira onde se detectaram, respectivamente, dos lados oeste e este, a gruta funerária de Verdelha do Ruivo e um silo.

Monte Serves (Vialonga) – monumento megalítico cuja câmara possui uma planta sub-trapezoidal e é aproximadamente simétrica, aberta, sem corredor definido. O quase nulo espólio recolhido e incharacterístico dificulta a atribuição cronológico-cultural do monumento.

Estela Funerária de Alverca (Alverca do Ribatejo) – estela funerária em mármore branco proveniente da demolição da porta de ferro da "Cerca Moura" de Lisboa, poucos anos depois do terramoto de 1755. Encontra-se hoje embutida na parede exterior do Núcleo de Alverca do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, onde terá sido aplicada cerca de 1764 por ordem de D. Paulo de Carvalho de Mendonça. A peça é atribuída aos primeiros dois terços do Século I e aparenta ter sido mutilada à direita, tendo por dimensões actuais 40 por 60 cm. A interpretação mais recente defende a seguinte leitura da epígrafe: "Marco Licinio Quadrato, filho de Marco, da tribo da Galéria, está aqui sepultado".

Casa da Câmara (Alverca do Ribatejo) – o núcleo museológico de Alverca encontra-se instalado na Antiga Casa de Câmara. Trata-se de um edifício setecentista de 2 andares, construído após o terramoto de 1755 ter destruído a edificação anterior do século XVI.

Cupa do Bom Sucesso (Alverca do Ribatejo) – monumento funerário em forma de cupa, encontrado aquando da abertura de cabouços de um dos edifícios da urbanização do Bom Sucesso. Encontrava-se deslocado do seu primitivo contexto, junto do que se pensa terem sido as ruínas do Convento de São Romão. Numa das faces, contém a seguinte inscrição: "Alfia Amoena, filha de Lúcio, está aqui sepultada."

Reduto do Chão da Oliveira (Alverca do Ribatejo) – forte pertencente às Linhas de Torres. Possui planta poligonal, construído com alvenaria de calcário e fosso a rodear. O monumento encontra-se em mau estado de conservação, coberto com vegetação densa, observando-se apenas um troço com alvenaria em bom estado no canto Sul. Na encosta Norte, subjacente ao Forte, observam-se socacos que poderão ser resultantes da extração de pedra ou efectuados com uma finalidade militar.

Tapada da Serra 1 (Alverca do Ribatejo) – a este do forte reduto do Chão da Oliveira e imediatamente a Norte do aterro sanitário, em encosta virada a Sul, foi identificada uma pequena mancha de materiais. Os fragmentos cerâmicos são de reduzida dimensão e muito rolados, pelo que poderão ser materiais de escorrência oriundos das cotas mais altas. O sítio apresenta despejos de lixo e entulho e marcas de rodados e de arrasto feiro por máquinas. A visibilidade do solo é nula devido à densidade de coberto herbáceo.

Tapada da Serra 2 (Alverca do Ribatejo) – no local onde foi identificada uma possível base de moinho, de planta circular, foram recolhidos materiais líticos. A forte densidade do coberto vegetal não permitiu observar devidamente os vestígios.

Braçadas – Calçada (Calhandriz) – trata-se de uma calçada situada no traçado do Viaduto sobre a Ribeira de Loureiro, com o local de implantação do pilar P1n desta construção. Aquando da sua identificação, foram localizados outros dois troços desta mesma calçada que deverá estar relacionada com a época de construção dos fortins, classificados como pertencentes à linha Defensiva de Torres Vedras e localizados um pouco mais a sul, no topo da elevação rochosa, alcançando uma visibilidade total sobre a área envolvente.

São Romão – Habitat (São João dos Montes) – nas imediações da ermida foram encontrados um machado e fragmentos cerâmicos de cronologia pré-histórica. Alguns vestígios romanos foram também encontrados no local, tendo sido incorporada uma lápide sepulcral romana numa parede interior de ermida.

São Romão – Indeterminado (São João dos Montes) – pequena mancha de cerâmica comum e de construção, aparentemente de cronologia tardo-romana, numa área de cerca de 100m<sup>2</sup> coincidente com uma clareira de vegetação.

Casal do Tojal (São João dos Montes) – o povoado localiza-se numa elevação bem pronunciada, escarpada e de difícil acesso, com afloramentos de calcário no topo. À superfície observa-se grande quantidade de cerâmica dispersa numa vasta área.

#### Alhandra (Alhandra)

À-dos-Loucos – Fortificação (Vila Franca de Xira) – fortificação militar em total estado de degradação. Faz parte do sistema defensivo denominado Linhas de Torres, construído entre 1810 e 1812, durante as invasões francesas. Em torno do forte encontram-se vestígios de trincheiras, de restos de habitações com funcionalidade indeterminada, de abundante material de construção e alguma cerâmica comum vidrada a laranja, apresentando em alguns casos manchas de melado que deverão recuar à mesma época.

Travessa do Mercado (Vila Franca de Xira) – durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico foram identificados vestígios de uma ocupação romana, cuja funcionalidade não foi possível determinar. A análise do espólio recolhido apesar de não ser conclusiva, atesta a presença de importações de produtos alimentares do sul peninsular e de cerâmica fina do norte de África, reveladores da presença de trocas comerciais ao longo do século I/III d.C. Em relação aos materiais de construção, estes permitem aferir a existência de áreas cobertas, tendo-se recolhido telhas e imbrices, assim como restos de tijolos e fragmentos de tijoleiras de pavimento.

Vale da Ribeira de Santa Sofia (Vila Franca de Xira) – ocupação proto-histórica na plataforma superior do sector 2, junto ao Bairro do Bom Retiro. Embora não esteja ainda determinado o tipo e a real dimensão da estação os primeiros estudos apontam para um habitat de meia encosta que aproveitaria as boas condições de visibilidade e a abundância de água de nascente nesta área. A análise preliminar do espólio permite enquadrá-lo entre os finais da Idade do Bronze e os primeiros contactos com o mundo fenício no vale do Tejo. A par desta evidência os dados de prospecção revelaram uma importante ocupação de época romana de época alto imperial (século I/II d.C.) relacionada com a exploração agrícola do vale.

Museu do Neo-Realismo (Vila Franca de Xira) – na sequência da construção do Museu do neo-realismo, em pleno centro histórico da cidade de Vila Franca de Xira, realizaram-se escavações arqueológicas na área abrangida pelo referido projecto. Esta área, situada fora do primitivo núcleo medieval, terá sido provavelmente urbanizada na sequência das reformas Manuelinas, que tiveram um profundo impacto na Vila Baixa e na área ribeirinha. A leitura das múltiplas ocupações humanas aqui presentes vem atestar o seu carácter periférico em relação ao núcleo urbano, pelo menos até meados do século XVI.

Igreja do Mártir Santo e Casa da Ermitoa (Vila Franca de Xira) – existem duas fases de ocupação anteriores à construção das estruturas mais antigas da Ermida (as quais ainda não se encontram muito esclarecidas). A fundação do edifício é atribuída a D. Sebastião em 1576, encontrando-se ainda documentada uma fase posterior de reconstrução após o Terramoto de 1755. Anexa à Ermida do Mártir Santo, encontra-se a noroeste a área

correspondente à Casa da Ermitoa. A igreja, em Julho de 2001 foi adaptada a Núcleo Museológico de Arte Sacra.

Edifício Alves Redol (Vila Franca de Xira) – terreno urbano situado na cidade de Vila Franca de Xira, onde se pretende vir a construir um grande edifício com apartamentos e garagens, denominado Alves Redol. No lado norte deste terreno foi encontrada, durante a fase de remoção de terras de parte da casa do século XIX, a qual foi intervencionada, detectando-se igualmente a presença de níveis arqueológicos mais antigos atribuídos ao século XVIII - pós terramoto de 1755.

Rua Serpa Pinto – Edifício (Vila Franca de Xira) – o sítio arqueológico Serpa Pinto inserido na malha urbana de Vila Franca de Xira, corresponde a uma diacronia cronológica que remonta ao século XV. Do edifício do século XVIII encontra-se preservada a fachada, algumas paredes-mestras e possivelmente um lajeado calcário. Deste período não chegaram até os nossos dias vestígios *in situ*, tendo-se registado apenas entulhos vários. Identificaram-se dois edifícios pré-existentes, onde se identificaram estruturas, pavimentos e materiais atribuídos aos séculos XV, XVI e XVIII.

Povos – Villa (Vila Franca de Xira) – aquando da abertura de uma vala para instalação de um poste de iluminação pública foram recolhidos ossos humanos, cerâmica comum e de construção romana assim como um fundo de ânfora. As escavações evidenciaram a presença de restos de uma *villa* romana, depois abandonada e mais tarde recoberta por um cemitério cuja cronologia se estende entre os séculos XVI e XIX.

Monte do Senhor da Boa Morte – Povoado (Vila Franca de Xira) – resultado de várias construções, o templo que hoje se conserva no local apresenta uma só nave, de arquitectura pobre, que integra a capela-mor por meio de um arco gótico. Esta de planta quadrangular rematada em ábside, com cúpula cónica oitavada e com contrafortes rectangulares coroadas por merlões e pirâmides é encimada pelo crescente, colocado na década de 50. Os vestígios, estruturas murais em taipa, são referentes à ocupação islâmica, encontrando-se presente parte de uma muralha cristã. A nascente da ermida situam-se as ruínas do solar dos Ataídes pertencentes aos Condes da Castanheira. A sul localiza-se um cemitério rupestre, escavado no afloramento, ocupando uma área de cerca de 50 m<sup>2</sup> onde constam 17 sepulturas, todas pertencentes a adultos e orientadas a Oeste/Este, dispostas em três fileiras paralelas de orientação Norte/Sul.

Igreja Velha – Povoado (Cachoeiras) – aquando da construção da vivenda actualmente existente no topo do monte da Igreja Velha, recolheram-se diversos materiais cerâmicos e metálicos de cronologia medieval cristã. Foi recentemente identificada uma estrutura provavelmente pertencente a uma antiga igreja medieval.

Quinta da Granja – Forno (Cachoeiras) – estrutura de combustão (forno) destinada à produção de cal. O forno era composto por uma câmara de cozedura de planta sub-oval, corredor e uma ante-câmara ou antepara.

Quinta da Granja – Indeterminado (Cachoeiras) – situa-se na margem direita do Rio Grande da Pipa, junto à Quinta da Granja. Ocorrência com grande dispersão de fragmentos de imbrices e cerâmica comum.

Ponte da Couraça (Castanheira do Ribatejo) – ocorrência de materiais arqueológicos dispersos numa área de 500 m<sup>2</sup> na margem direita do rio Grande da Pipa. A análise superficial do terreno aponta para uma enorme dispersão de materiais de época romana que deverão corresponder a uma importante estação arqueológica. Embora os dados sejam ainda muito incipientes, uma análise preliminar dos materiais recolhidos, nomeadamente das cerâmicas finas ditas Sigillatas, permitem propor uma longa diacronia de ocupação desde meados do século I d.C. até à época tardo-romana século VII d.C. Visíveis ainda no terreno, algumas estruturas e grande concentração de tijolos rubefactos que poderão pertencer a estruturas de combustão.

Castanheira Velha – Achados Isolados (Castanheira do Ribatejo) – o local forneceu diversos elementos de mosaico colorido, cerâmica doméstica e pesada, além de um fragmento de peso com perfuração.

Açougue Velho – Miliário e Silo (Alverca do Ribatejo) – Marco Miliário localizado em 1924, no Açougue Velho de Alverca do Ribatejo. Integraria a via Olisipo-Scalabis, a principal via romana de acesso ao interior da península, enquadrada na denominada "Estrada de Adriano". O nome deste Imperador figura na peça, que é referenciada desde o século XVII. Silo Medieval aberto na rocha de base, contemporâneo de outras estruturas arqueológicas pouco expressivas e encontradas em sondagem realizada em 1986. O local situa-se dentro do perímetro do antigo castelo de Alverca e o silo estava preenchido com diversos materiais resultante da sua utilização como lixeira. Os materiais recolhidos permitem atestar um povoamento antigo da encosta do castelo, indicando uma Alverca romana que desempenharia um importante papel na rede viária e como terminus portuário e datar o momento do abandono do silo no século XVII.

Mosaico Romano de Vialonga (localização indefinida)

Sepultura de Castanheira do Ribatejo (localização indefinida) – foi recolhido um sarcófago de mármore, de meados do século III d.C. O local exacto do achado não é conhecido. O sarcófago esteve muitos anos no Convento da Castanheira. O sarcófago é de pequeno tamanho, com extremidades arredondadas e a forma geral de uma cuba de vinificação (lenós) mostrando a face principal o retrato de uma jovem no interior de um medalhão assente sobre um vaso biansado. O sarcófago, um trabalho cuidadoso feito talvez em oficinas do oriente mediterrânico, foi certamente importado com o medalhão inacabado, tendo-se no termo da viagem esculpido a efígie da menina depositada no túmulo, o que explicaria também o retrato se apresente esteticamente menos conseguido que o belo conjunto escultórico envolvente.

## 5.2 ÁREAS SENSÍVEIS

A necessidade de delimitação destas áreas teve por base o facto de estar a ser elaborada uma Carta Arqueológica e Patrimonial do concelho, não estando, no entanto, concluída. Desta forma, foi considerado que existem áreas que pelas suas características é urgente preservar, ou que poderão vir a integrar o património arqueológico concelhio.

O concelho de Vila Franca de Xira foi alvo, desde há muito, de uma ocupação humana muito forte, o que contribuiu para a grande riqueza arqueológica do concelho. Os critérios utilizados para a delimitação das Áreas Sensíveis, prendem-se essencialmente com critérios de localização dessa ocupação humana, privilegiando os locais sensíveis do ponto de vista da fixação humana, que possam já estar em ruínas ou muito degradados.

Estas áreas correspondem a locais com forte ocupação humana no passado, onde se prevê que existam achados arqueológicos importantes, mas ainda não se conseguiu localizar ao certo uma área de intervenção específica, pois não foi possível proceder à prospecção.

Foram delimitadas quatro Áreas Sensíveis:

ASI – São Romão;

ASII – Lugar da Igreja;

ASIII – aglomerado rural de São João dos Montes;

ASIV – Monte dos castelinhos.

## 6. SÍNTESE CONCLUSIVA

O Concelho de Vila Franca de Xira reúne um conjunto bastante significativo de imóveis com valor patrimonial. Além dos vestígios de povoados fortificados, das igrejas, das capelas, dos solares, das quintas, das casas tradicionais, entre outros, destacam-se ainda, alguns conjuntos de interesse, com potencialidades para que se assumam como uma mais-valia e como um atractivo turístico do Concelho.

Algumas freguesias de Vila Franca de Xira já assumem uma maior preocupação no que diz respeito preservação e valorização do espólio arquitectónico, muito embora existam alguns imóveis que parecem esquecidos. Deverá desenvolver-se uma estratégia de intervenção para o Concelho, que permita um desenvolvimento equilibrado, sustentado e harmonioso dos aglomerados, promovendo a requalificação da imagem urbana e a salvaguarda do património. A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira deverá assumir um papel de destaque neste processo, designadamente no sentido de sensibilizar a população para a necessidade de promover valores que constituem uma das mais-valias do concelho.